

Gláucia Martins Schneider e Maria do Carmo A. Hernandorena

Organizadoras

Serviço Social na Educação

Perspectivas e possibilidades



Gláucia Martins Schneider e Maria do Carmo A. Hernandorena
Organizadoras

Serviço Social na **Educação**

Perspectivas e Possibilidades

Rede Marista de Colégios e Unidades Sociais

Superintendente: Irmão Gilberto Zimmermann Costa

Coordenador Jurídico: Irmão Sandro Bobrzyk

Coordenador de Comunicação e Marketing: Alexander Goulart

Gerente Educacional: Simone Engler Hahn

Gerente Social: Irmão Pedro Vilmar Ost

Gerente Operacional: Irmão Roque Ari Salet

Serviço Social na Educação: Perspectivas e Possibilidades

Organizadoras: Glauca Schneider e Maria do Carmo A. Hernandorena

Produção: Editora CMC - (51) 3314 0300

Supervisão editorial: Marcelo Cordeiro

Projeto gráfico: Alessandra Müller

Editoração: Roberto Winck

Revisão: Irmão Salvador Durante

Tiragem: 500 exemplares

Impressão: Ideograf

PROVÍNCIA MARISTA DO RIO GRANDE DO SUL

S491

Serviço Social na Educação: perspectivas e possibilidades/
Organização de Glauca Schneider e Maria do Carmo
Hernandorena. – Porto Alegre: CMC, 2012.

80p.

ISBN: aaaaa

1. Serviço Social. 2. Educação. 3. Inclusão Social.
4. Ambiente Escolar. I. Schneider, Glauca (Org.). II.
Hernandorena, Maria do Carmo(Org.). III. Título.

CDD 344.03

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Patrícia Saldanha CRB10/1666

Se a educação sozinha não pode transformar a sociedade, tampouco sem ela a sociedade muda.

Paulo Freire

Sumário

Introdução	7
Serviço social na educação.....	11
O lugar do Serviço Social na Educação	29
Centro de atenção psicossocial da PUCRS: construindo uma metodologia de trabalho voltada à atenção integral ao estudante	45
Serviço Social Escolar: um olhar a partir da nova lei da Assistência Social e suas implicações ao estudante bolsista.....	61



Introdução

Este livro foi organizado pela Gerência Social da Rede Marista de Colégios e Unidades Sociais, e tem por objetivo contribuir com o debate que permeia a educação na contemporaneidade. Traz a experiência de profissionais do Serviço Social na Educação e estratégias de intervenção para o enfrentamento das expressões da questão social presentes hoje na escola. Os artigos perpassam os diferentes níveis de Ensino, Básico e Superior, com relatos de experiência no Estado do Rio Grande do Sul e do Recôncavo Baiano.

O debate sobre a educação é sempre de grande relevância para a sociedade, em seus múltiplos aspectos, qualidade do ensino, qualificação dos profissionais, métodos de aprendizagem entre outros. Porém fenômenos, como violência, uso e abuso de drogas, trabalho infantil, relações intrafamiliares conflituosas, violência doméstica, têm feito parte dos temas que permeia a educação, - ressaltamos que se engana quem acredita que esses são problemas presentes apenas em escolas públicas – e vêm mobilizando diferentes atores em busca de alternativas que auxiliem no enfrentamento desses problemas.

Diante disso, o que temos presenciado na atualidade é a uma expansão da preocupação com o social. Profissões que antes não sofriam no seu fazer profissional suas consequências, agora se deparam com essa realidade cotidianamente e buscam compreender melhor seus fenômenos.

Para o Serviço Social essa expansão abre um novo campo de discussão para a ação profissional. Segundo Nogueira e Miotto :¹

“[...] o Serviço Social adquire um novo estatuto a partir da posição do novo paradigma. É justamente através dessa apropriação que as ações profissionais encontram um novo espaço para a discussão. [...] construir essa nova posição do Serviço Social impõe colocá-lo no âmbito da discussão interdisciplinar...”

A posição que esse profissional ocupa na sociedade é tão dinâmica quanto as relações sociais. Ou melhor, acompanha a dinamicidade do real. Assim, refletir sobre a prática do Serviço Social, e suas possibilidades de contribuição junto às demais áreas de saber torna-se um exercício permanente. Diante de novos cenários o fazer profissional necessita de uma nova posição, e por consequência essa nova posição precisa ser abstraída e concretizada. Os pontos-chave para a ação passam pelo âmbito da interdisciplinaridade, da intersetorialidade e da produção de conhecimento. Essas discussões possibilitam superar conflitos, e diminuir a distância entre os diferentes profissionais.

Nessa perspectiva abre-se a possibilidade de discutir eixos balizadores dos Direitos Sociais. Como exemplo, a questão do acesso que é sempre de grande relevância, ganhando espaço e legalidade do debate que vem sendo feito no campo de conhecimento da educação.

Quando tratamos a questão do acesso na área da educação automaticamente remetemo-nos a seu aspecto mais amplo: a inclusão social, ou seja, não somente ao que se refere ao acesso e permanência dos estudantes. O debate sobre a frequência, e sua inclusão efetiva no ambiente escolar, como respeito das diferenças e enfrentamento da exclusão social geralmente ligada às pessoas pela sua classe social, nível educacional, portadoras de deficiência física e mental, adquirem contornos sociais importante na atualidade.

Assim é necessário que gestores e os demais profissionais inseridos na escola se perguntem cotidianamente: Como está a frequência dos estudantes? Os alunos se sentem efetivamente incluídos no ambiente escolar? Suas condições

¹ Nogueira, Vera Maria R. e Miotto, Regina Célia T, Sistematização, Planejamento e Avaliação dos Assistentes Sociais no Campo da Saúde, in: Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-6.pdf

econômicas, sociais, culturais estão sendo amplamente respeitadas? Que fenômenos sociais estão interferindo no processo de aprendizagem? Como os reflexos da questão social estão sendo vivenciados pelo estudante e sua família, no trabalho, no acesso a bens e serviços? Os pais têm participado das atividades escolares, conhecem as estratégias que a escola adota para solução de seus conflitos? E por fim: Como profissionais da educação, da assistência social, da saúde podem unir esforços em prol do desenvolvimento, da melhoria da qualidade de vida e na construção de projetos futuros dos estudantes?

Encontrar respostas que deem conta da complexidade da vida em sociedade exigem um esforço e uma construção que é coletiva, sujeitas a tensões e conflitos de ordem sócio-profissional, por isso necessitam ser cooperativas. O desafio profissional está em encontrar novas estratégias de ação. As práticas interdisciplinares e intersetoriais devem convergir para a construção de redes de apoio, tanto em sua dimensão afetiva (solidárias, familiar, etc.), como em sua dimensão social no que tange aos serviços socioassistenciais, como também os serviços das demais políticas públicas, auxiliando-os e colocando-os em condição de igualdade decisória, profissionais e usuários.

Frente a um contexto social cada dia mais complexo, a escola precisa se aliar às demais políticas, para a efetiva garantia de direitos e proteção integral de nossas crianças e adolescentes, conforme determina o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA).

O SUAS – Sistema Único de Assistência Social, criado em 2005, implantado no Brasil, tem como objetivo garantir o cumprimento das diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993. Os programas, projetos, serviços e benefícios são desenvolvidos tendo a família como foco de atenção. Suas ações são organizadas tendo como referência o território onde as pessoas moram, considerando suas demandas e necessidades e estão organizados em dois níveis de proteção: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. Suas ações são desenvolvidas nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e nos Centros de Referências Especializadas da Assistência Social (CREAS), visando à prevenção, proteção e enfrentamento de situações de vulnerabilidade e risco e de promoção e defesa de direitos.

Por sua vez os equipamentos – CRAS e CREAS - oferecem serviços que são fundamentais para auxiliar as demandas que hoje se apresentam no ambiente escolar. O trabalho com as famílias é um deles. A população (família e indivíduos) encontra respaldo num trabalho interdisciplinar, que tem um valor primordial para o tipo de atendimento que vem se constituindo, onde a autonomia, a autoestima,

e o fortalecimento de vínculos tornam-se metodologias de ação muito ricas para auxiliar as famílias no exercício de sua função protetiva.

A política do SUAS, para além da organização dos serviços socioassistenciais, pretende construir e solidificar uma rede de apoio, que funcione a partir da articulação dos serviços disponíveis e da parceria que estabelece com a comunidade. Família, indivíduos, escola, rede de serviços, conselhos de defesa e garantia de direitos, e todos os demais elementos essenciais para a construção de uma sociedade atuando em conjunto, formando uma comunidade uma rede social.

A “nova” exigência ética por trás do trabalho interdisciplinar no ambiente escolar é o exercício e a habilidade de se trabalhar articulado com a rede de proteção social e com outros serviços ofertados pelas demais políticas públicas tendo a família e o indivíduo como elemento mediador entre os recursos sociais disponíveis.

Na oportunidade do lançamento deste livro, não poderíamos deixar de agradecer às pessoas que contribuíram para sua edição, que de forma gloriosa vêm corroborando para a ampliação do trabalho social junto às demais políticas públicas e, em especial, junto à educação, minimizando as desigualdades e exclusões sociais: os colegas Assistentes Sociais André Michel dos Santos, Prof.^a Marcela Mary José da Silva e Prof. Dr. Francisco Arseli Kern, como os demais profissionais Prof.^a Ms Doris Helena Della Valentina, Prof.^a Ms Gilze de Moraes Rodrigues Arbo, Prof.^a Ms Jacqueline Poersch Moreira, Prof.^a Ms Jurema Kalua Vianna Potrich, Prof.^a Dra. Maria Lucia Andreoli de Moraes e o Prof. Dr. Alfredo Cataldo Neto

Agradecemos ao nosso Gerente Social, Ir. Pedro Vilmar Ost, pela confiança e credibilidade em nosso trabalho e pela oportunidade deste construir este material, aprimorando o trabalho que a Gerência Social vem desenvolvendo na Rede Marista de Colégios e Unidades Sociais.

Nosso muito obrigado!

Gláucia Martins Schneider e Maria do Carmo Arismende Hernandorena.

Organizadoras



SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO:

Reflexões acerca das contribuições do Assistente Social para o fortalecimento da Gestão Escolar

André Michel dos Santos²

RESUMO

O presente artigo é fruto da Monografia de Especialização em Gestão Educacional apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, em 07 de agosto de 2009. O estudo por sua vez, foi desenvolvido a partir da abordagem qualitativa, utilizando-se da pesquisa bibliográfica e análise de conteúdo, cujo foco central desdobrou-se a partir das categorias Gestão, Escola, Serviço Social e Participação. Apresenta-se uma breve explanação sobre o Serviço Social, visualizando-o a partir do contexto de inserção do Assistente Social na realidade escolar privada e/ou filantrópica e pública do Rio

2 Mestre em Educação pelo Centro Universitário La Salle - UNILASALLE; Especialista em Educação Ambiental pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM; Especialista em Gestão Educacional pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM e Bacharel em Serviço Social pelo Centro Universitário Franciscano - UNIFRA. Atualmente é Professor e Tutor do Curso de Serviço Social da Universidade Anhanguera de Novo Hamburgo/RS e Assistente Social da Prefeitura Municipal de Portão/RS, região metropolitana de Porto Alegre/RS. Possui experiência consolidada em Serviço Social na Educação, com destaque no Terceiro Setor. Como pesquisador, realiza estudos na área de Serviço Social, com ênfase em educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Serviço Social na Educação; Serviço Social Escolar e Gestão Democrática na Educação. Atualmente integra o Grupo de Trabalho em Serviço Social na Educação, coordenado pelo Conselho Regional de Serviço Social do Rio Grande do Sul. E-mail: andremicheldossantos@gmail.com Site: <http://servicosocialescolar.blogspot.com>

Grande do Sul e do país. Partiu-se deste pressuposto para analisar as relações entre Gestão Escolar e Serviço Social, elucidando-se as contribuições do Assistente Social para o fortalecimento da Gestão Escolar, no viés da democratização da educação. Como resultado, aponta-se as relações existentes entre Gestão Escolar e Serviço Social, a partir do entendimento que ambas são intrinsecamente ligadas, tendo como objetivo o trabalho em prol do exercício da emancipação, autonomia e cidadania da comunidade escolar. Assim, a atuação do Assistente Social no contexto escolar representa a efetivação de uma Gestão Escolar plena.

Palavras-chave: Serviço Social, Gestão Escolar, Assistente Social.

Introdução

O presente trabalho suscitou a possibilidade de compartilhar minhas experiências profissionais enquanto Assistente Social atuante junto à política de educação, mais precisamente realidade escolar filantrópica. Vislumbra-se neste, socializar as pesquisas que venho desenvolvendo a partir das temáticas: Serviço Social Escolar; Serviço Social na Educação; Assistente Social Escolar; Gestão Escolar; Gestão Democrática na Escola Pública.

O estudo ora apresentado é fruto do trabalho de monografia apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Curso de Especialização em Gestão Educacional pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. É uma breve explanação sobre o Serviço Social, visualizando-o a partir do contexto da inserção do Assistente Social na realidade escolar privada e/ou filantrópica e pública no Estado do Rio Grande do Sul e de um modo geral no país. Partiu-se deste pressuposto para analisar as relações entre Gestão Escolar e Serviço Social, elucidando-se as contribuições do Assistente Social para o fortalecimento da Gestão Escolar, no viés da democratização da educação.

Como resultado da pesquisa realizada neste estudo, aponta-se as relações imprescindíveis entre Gestão Escolar e Serviço Social, a partir do entendimento de que ambas são intimamente ligadas, tendo como objetivo o trabalho em prol do exercício da emancipação, autonomia e cidadania da comunidade escolar. Assim, entende-se que a atuação do Assistente Social no contexto escolar na perspectiva denotada no trabalho, representa a efetivação de uma Gestão Escolar plena, a qual possa envolver todos os sujeitos do cenário escolar na construção de uma política que atenda o aluno em sua integralidade.

A realidade do Serviço Social na educação brasileira

No intuito de desmistificar a profissão de Serviço Social, faz-se necessário discorrer brevemente sobre o seu histórico, principalmente de sua inserção na área educacional. Sendo assim, o Serviço Social é uma profissão regulamentada no Brasil pela Lei nº. 3252/1957, posteriormente revogada pela Lei nº. 8.662/1993, sendo que as suas primeiras escolas surgiram no país na década de 30, e em específico no Estado do Rio Grande do Sul na década de 40 (BULLA, 2008), onde ao final desta, já se encontravam Assistentes Sociais devidamente diplomados ao mercado de trabalho gaúcho.

Como em todo o país, e não diferente no Rio Grande do Sul, a profissão nasceu ligada às Fundações Católicas, em que a Igreja assumia até então as lutas relativas às questões sociais.

Os assistentes sociais gaúchos das primeiras turmas assumiram a árdua tarefa de introduzir mudanças nas ações assistenciais no Estado, de fazer conhecida e valorizada uma profissão, lutando por um espaço ocupado, antes, de certa forma, por voluntários ou por pessoal com menos qualificação. A introdução de mudanças nas instituições de assistência era um dos principais objetivos dos assistentes sociais, embora não se pensasse ainda em transformação das estruturas sociais (BULLA, 2008, p.16).

Nesse sentido, o Assistente Social, por sua vez, era condicionado a atuar não somente nas demandas inerentes ao Estado, como também, nas organizações ligadas à Igreja Católica, ambas perpassadas pelo viés de assistencialismo, fundamentadas pelo caráter de ajuda e caridade ao próximo.

A situação da profissão viria a ser modificada com os avanços das ciências humano-sociais e com a introdução de uma visão social nas demais profissões, em que houve o crescimento e o prestígio da considerada nova profissão, e os Assistentes Sociais foram cada vez mais absorvidos pelo mercado de trabalho público e particular.

Nesse contexto, o profissional de Serviço Social não estava sendo requisito somente na área de assistência social, porém em novas demandas ligadas às áreas de saúde, habitação, educação, dentre outras, salientando também o seu envolvimento nos movimentos sociais e na luta pelo proletariado.

A seguir procurar-se-á especificar como se tem concretizado a inserção do Serviço Social junto à área da educação, especificamente à realidade escolar. Visualizar-se a um breve panorama desta realidade do Rio Grande do Sul e no país.

A inserção do Serviço Social nas escolas privadas e/ou filantrópicas

Ao abordar a inserção do Serviço Social na educação, proveniente de escolas privadas e/ou filantrópicas, podemos indicar que essa inserção vem sendo impulsionada em virtude das modificações ocorridas na legislação concernente aos últimos anos. Essas mudanças têm afetado diretamente o processo de inscrição e renovação de Certificação às Entidades Beneficentes de Assistência Social – (CEBAS).

Por sua vez, na sua maioria, essas Entidades Filantrópicas presentes no Rio Grande do Sul e em todo o país, agregam inúmeros estabelecimentos assistenciais e educacionais. Nesse contexto, o Serviço Social vem conquistando o seu espaço junto a esta realidade em escolas privadas e/ou filantrópicas por meio de implantação, monitoramento, avaliação e coordenação de Projetos Sociais, os quais possam atender às demandas inerentes ao público escolar.

Faz-se importante salientar que em virtude dessas mudanças enquanto CEBAS, o Assistente Social tem sido requisitado também nesta realidade escolar para realização de avaliação socioeconômica, a fim de concessão de gratuidade com bolsas de estudo, como dispõe a Lei de Regulamentação da profissão, Lei 8.662/93:

*Art. 4º. Constituem competências do Assistente Social: (...)
XI – Realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefício e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades (BRASIL, 1993, p.13).*

As Entidades Filantrópicas que atuam na área da educação são obrigadas pela legislação a disponibilizarem bolsas de estudos a alunos que se encontram em situação de vulnerabilidade social e atendem aos critérios previstos em lei, a fim de renovação da sua Certificação, como citado anteriormente. Desta forma, destaca-se a Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009, que trata:

Art. 13. Para os fins da concessão da certificação de que trata esta Lei, a entidade de educação deverá aplicar anu-

almente em gratuidade, na forma do § 1º, pelo menos 20% (vinte por cento) da receita anual efetivamente recebida nos termos da Lei no 9.870, de 23 de novembro de 1999.

§ 1º Para o cumprimento do disposto no caput, a entidade deverá:

I - demonstrar adequação às diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação - PNE, na forma do art. 214 da Constituição Federal;

II - atender a padrões mínimos de qualidade, aferidos pelos processos de avaliação conduzidos pelo Ministério da Educação; e

III - oferecer bolsas de estudo nas seguintes proporções:

a) no mínimo, uma bolsa de estudo integral para cada 9 (nove) alunos pagantes da educação básica;

b) bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento), quando necessário para o alcance do número mínimo exigido (BRASIL, 2009, p. 4).

A fim de elucidação das atribuições inerentes ao Setor de Serviço Social em escola privada e/ou filantrópica, exemplifica-se a realidade de uma Entidade Beneficente de Assistência Social que atua na área da educação e de assistência social com inúmeras escolas e centros sociais no Brasil, destacando-se assim o seu Plano de Trabalho, que reitera:

Quanto à Ação do Serviço Social, os objetivos primordiais são:

- a) analisar a realidade para identificar as necessidades reais e desenvolver possíveis soluções;*
- b) desenvolver atividades que busquem resgatar crianças, adolescentes e jovens em situação de risco ou à margem da sociedade, tirando-os da exclusão social;*
- c) adotar medidas para atender às necessidades físicas e materiais mais imediatos dessas crianças e jovens, por meio de ação preventiva e assistência direta;*
- d) empreender esforço especial para criar um ambiente estável em que as crianças, jovens e adolescentes se sintam respeitados, valorizados e amados. Mediante programas de aconselhamento e desenvolvimento pessoal, e de peque-*

nos projetos que eles próprios possam realizar, desenvolver sua autoconfiança e restaurar sua auto-estima;
e) ajudar os jovens a adquirir as habilidades e atitudes de que necessitam para se integrarem melhor na sociedade;
f) estar atentos às necessidades do conjunto da família, agindo gradualmente para a reintegração, naquelas situações em que isso é possível, e para a reconciliação onde se faz necessária (MARISTAS, 1998).

Desse modo, sinaliza-se que o profissional de Serviço Social tem se inserido na realidade de escolas privadas e/ou filantrópicas, mediante as mudanças na legislação referidas a estas, sendo que o Assistente Social na Entidade Filantrópica não somente legitima o público que esta atende para os órgãos fiscalizadores, como também dispõe de possibilidades para o desvelamento de sua profissão, por meio da efetivação dos direitos sociais mediante o atendimento disponibilizado ao público de alunos bolsistas e demais, como também as suas famílias, as quais na sua maioria são oriundas de situações de risco pessoal ou social.

E ainda, como profissão interventiva e propositiva, que propicia a revolução de consciências, o Serviço Social agrega a categoria participação na sua práxis, em que pode instrumentalizar as famílias para que façam parte do processo de ensino-aprendizagem da criança, conseqüentemente da realidade escolar de seus filhos.

Nesse sentido, entende-se que o aporte do Assistente Social para a realidade de escolas privadas e/ou filantrópicas vai muito além de avaliações socioeconômicas ou desenvolvimento de Projetos Sociais, ou seja, apesar desta profissão estar sendo inserida nesse contexto por obrigações legais, compreende-se que o Serviço Social tem enorme relevância para contribuir não somente com as situações cotidianas, procedentes das questões sociais, mas por meio da mobilização social da comunidade escolar, colabora no processo de democratização da educação, com vistas ao fortalecimento da Gestão Escolar.

A inserção do Serviço Social nas escolas públicas

No que tange à presença do Serviço Social nas escolas públicas, podemos situar que esta inserção vem acontecendo de uma forma bem diferente da realidade de escola privada e/ou filantrópica. Partiu-se do entendimento de profundas mudanças na conjuntura do grupo familiar, como o papel da família na

sociedade contemporânea, a função da escola na pós-modernidade, as transformações culturais, sociais, políticas e econômicas e as novas demandas inerentes ao cotidiano escolar.

Todas essas transformações acabam interferindo diretamente no contexto educacional, que se vê encurralado ao sistema capitalista, o qual lhe impõe novas atribuições, porém a escola ainda encontra-se entrelaçada a uma estrutura arcaica, em que não dispõe de condições para atender a essas novas demandas.

Exemplo disso é a falta de profissionais, que não suprem mais as necessidades da realidade contemporânea educacional, e aqui ressaltamos a necessidade de inserção do Assistente Social neste contexto, como profissional de apoio à escola e de referência às questões relacionadas à família que permeiam o cotidiano do aluno.

Ao sinalizar a inserção do Serviço Social na escola pública, especificamente na realidade do Estado do Rio Grande do Sul, atualmente encontramos apenas a criação de Setores/Departamentos/Diretorias ou Coordenadorias de Serviço Social Escolar junto a Secretarias Municipais de Educação ou a Universidades Públicas e Privadas, que desenvolvem projetos de extensão com vistas ao atendimento das necessidades do aluno e da família na realidade escolar.

Ainda podemos encontrar inúmeros Projetos de Lei, na esfera municipal, que preveem a inserção do Serviço Social na escola pública, exemplificado por meio da PL S/N/05 e PL 004/09. O primeiro Projeto de Lei citado dispõe sobre a criação do Serviço Social nas Escolas da Rede Municipal de Ensino Fundamental e Educação Infantil do município de Santa Maria/RS, e reitera:

Art. 1º_ Fica o poder executivo autorizado a implantar o Serviço Social em estabelecimentos escolares integrantes da rede municipal de ensino (escolas de ensino fundamental e educação infantil da zona urbana e rural), com mais de 100 alunos.

Art. 2º_ O Serviço Social de que trata esta lei atuará no enfrentamento e na prevenção de situações manifestas no cotidiano escolar:

Art. 3º_ As atividades previstas no Art. 2º incluirão os seguintes itens:

I - apropriação por meio de pesquisa da realidade da população escolar;

II - elaborar e executar programas de orientação sociofamiliar, visando prevenir a evasão escolar e melhorar o

desempenho do aluno e sua formação para o exercício da cidadania;

III - participar, juntamente com equipes multidisciplinares, na elaboração de programas que visem prevenir a violência, o uso de álcool e drogas, as doenças sexualmente transmissíveis, gravidez na adolescência, e demais problemas de saúde pública;

IV - desenvolver um trabalho em rede com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimentos de suas necessidades;

Art. 4º_ Executar as demais atividades pertinentes ao Serviço Social, previstas pelos artigos 4º e 5º da Lei nº. 8.662/93 - Regulamentação da Profissão.

Art. 5º _ As despesas com a execução desta lei ocorrerão por conta de dotações próprias do orçamento do município (BRASIL, 2005, p.01).

Ainda em relação a essa PL, sua justificativa está fundamentada, a partir das seguintes afirmações:

Pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) a escola tem a competência de garantir a educação e o desenvolvimento integral do aluno, compreendendo os aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, buscando sua formação para o exercício da cidadania, preparando o aluno para o ingresso no mundo do trabalho e participação na sociedade. Nesse sentido, o Serviço Social será de grande importância no cumprimento das determinações da LDB, contribuindo:

- no acompanhamento sistemático e efetivo das políticas governamentais de atendimento às famílias com crianças em idade escolar;

- no trabalho na perspectiva de rede, estabelecendo vínculos com a rede socioassistencial;

- no desenvolvimento de trabalho em parceria com a comunidade local, buscando, construir uma relação comunidade - escola - família (BRASIL, 2005, p.01).

Referindo-se ao outro exemplo, a PL 004/09 dispõe sobre a criação do Serviço Social Escolar nas Escolas Municipais de Ibirubá/RS, onde ressalta-se:

Art. 1º. Este Projeto dispõe sobre a criação do Serviço Social Escolar nas Escolas Municipais.

Parágrafo Único. Compete ao Serviço Social Escolar:

I – efetuar levantamento de natureza socioeconômico e familiar para caracterização da população escolar;

II – elaborar e executar programas de orientação sócio-familiar, visando à prevenção da evasão escolar e melhorar o desempenho do aluno;

III – integrar o Serviço Social Escolar a um sistema de proteção social mais amplo, operando de forma articulada outros benefícios e serviços assistenciais, voltado aos pais e alunos no âmbito da Educação em especial, e no conjunto das demais políticas sociais, instituições privadas e organizações comunitárias locais, para atendimento de suas necessidades;

IV – coordenar os programas assistenciais já existentes na escola, como o de merenda escolar e outros;

V – realizar visitas domiciliares com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio-familiar do aluno, possibilitando assisti-lo adequadamente;

VI – participar em equipe interdisciplinar, da elaboração de programas que visem a prevenir a violência, o uso de drogas e o alcoolismo, bem como ao esclarecimento sobre doenças infectocontagiosas e demais questões de saúde pública;

VII – elaborar e desenvolver programas específicos nas escolas onde existam classes especiais;

VIII – empreender outras atividades pertinentes ao Serviço Social, não especificadas neste artigo (BRASIL, 2009, p.s/nº).

Desse modo, a inserção do Serviço Social nas escolas públicas é contemplada, como abordado anteriormente, diferentemente nas demais realidades dos estados brasileiros. A proposta aqui não é deter-se em citá-las, mas apenas vislumbrar essa realidade aos leitores.

Cita-se ainda, o exemplo da Prefeitura Municipal de João Pessoa, no Estado de Paraíba/PB, onde o Assistente Social é requisitado na educação mediante concurso público, designado para a função de Assistente Social Escolar.

Desta forma, nesta realidade e como se entende na pesquisa, considera-se o Assistente Social, profissional de apoio à educação, profissional que atua em prol da integralidade do atendimento prestado ao aluno no contexto escolar, estando em consonância com a LDB (1996), quando afirma:

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996, p.100).

Sendo assim, conclui-se que a inserção do Assistente Social na educação pública constitui-se em uma das formas de garantir o exercício da cidadania ao aluno, refletido em sua família, por meio da disponibilidade de atendimento e acompanhamento individualizado, como também buscando a promoção da democracia através da abertura de espaços de participação e envolvimento na realidade escolar.

Da mesma forma, pode-se abordar a significação que a inserção do Assistente Social na Educação representa para o fortalecimento da Gestão Escolar. Porém encontramos várias limitações para a inserção desse profissional na escola pública, como mais custos para os cofres públicos, a diferenciação salarial desse profissional em relação aos professores, e o próprio entendimento dos profissionais tradicionais da educação sobre as contribuições do Serviço Social para a realidade educacional e êxito da Gestão Escolar.

As relações entre Gestão Escolar e Serviço Social

Para discutir as possíveis relações que possam existir entre Gestão Escolar e Serviço Social, primeiramente faz-se necessário a conceituação de ambos. Nesse sentido, segundo PARO (1996), a Gestão Escolar precisa ser entendida no âmbito da sociedade política comprometida com a própria transformação social.

Barbosa, ao se referir à gestão escolar, afirma:

A gestão da escola passa a ser então o resultado do exercício de todos os componentes da comunidade escolar, sempre na busca do alcance das metas estabelecidas pelo projeto político-pedagógico construído coletivamente (BARBOSA, 1999, p. 219).

Ferreira ao pontuar sobre Gestão Escolar a partir do viés da elaboração do Projeto Pedagógico da escola, fazendo referência à profissionalidade e ao trabalho de professores, define:

Entendo a gestão escolar como todos os processos que, imbricados, fazem a escola ser escola, em suas especificidades e com vistas à produção do conhecimento. São processos eminentemente humanos, embora, muitas vezes, organizados tecnicamente. Estão pautados na linguagem e na convivência entre os sujeitos da escola (FERREIRA, 2007, p. 02).

Nesse contexto, pode-se encontrar inúmeras definições sobre Gestão Escolar, e Dourado (2003) nos chama a atenção sobre as distintas acepções de Gestão Escolar, sendo fundamental que esta articule espaços administrativos, pedagógicos, políticos e financeiros que possam dinamizar as ações educativas, entendendo a escola como um espaço de socialização da cultura e do saber historicamente produzido.

Sendo assim, compreende-se que a Gestão Escolar composta desses espaços citados anteriormente, configura-se em um processo que deva ser operacionalizado no viés da participação entre escola e comunidade, ou seja, um processo que propicie aos alunos, professores, funcionários e comunidade em geral, serem sujeitos atuantes e integrados na dinamização do cotidiano escolar.

A partir desse contexto, precisa acontecer o envolvimento da comunidade escolar nos conselhos de pais, grêmios estudantis e de outras atividades, as quais possam fomentar discussões, contribuições e também decisões, propondo-se alternativas, sugestões na construção e efetivação do Projeto Político da escola.

No que tange ao Serviço Social, Santos (2005) aborda que este é uma profissão que trabalha no sentido educativo, e que também pode contribuir proporcionando espaços que resultem em novas discussões, em tomada de consciência, de atitude, trabalhando as relações interpessoais e grupais.

Ainda em consonância com o exposto, Souza, nos diz:

[...] Educação e Serviço Social são áreas afins, cada qual com sua especificidade, que se complementam na busca por objetivos comuns e projetos político-pedagógicos pautados sob a lógica da igualdade e da comunicação entre escola, família, comunidade e sociedade (SOUZA, 2005, p.39).

Ao abordar esta relação entre Educação e Serviço Social, Santos (2005) pontua:

Acredita-se que uma das maiores contribuições que o Serviço Social pode fazer na área educacional é a aproximação da família no contexto escolar. É intervindo na família, através do trabalho de grupo com os pais, que se mostra a importância da relação escola-aluno-família. O assistente social poderá diagnosticar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam a problemática social no campo educacional e, conseqüentemente, trabalhar com um método preventivo destes, no intuito de evitar que o ciclo se repita novamente (SANTOS, 2005, p.44).

Nesse contexto, observa-se que os processos condicionantes à Gestão Escolar estão intrinsecamente ligados ao Serviço Social, quando ambos propõem a participação da comunidade escolar na realidade educacional, a promoção da democracia, o exercício da cidadania. De acordo com o exposto, destacam-se os princípios fundamentais da profissão, dispostos no Código de Ética dos Assistentes Sociais (1993):

- *reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;*
- *defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;*
- *ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garan-*

- tia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;*
- *defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;*
 - *posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;*
 - *empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;*
 - *garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;*
 - *opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero;*
 - *articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;*
 - *compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;*
 - *exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física (BRASIL, 1993, p. 01).*

Reitera-se a relevância da profissão de Serviço Social na consolidação dos processos educativos resultantes da gestão na educação. Com a aproximação da família à realidade educacional, pode-se perceber a família como parte do universo escolar, reconhecendo a escola como um espaço social também seu e que, portanto, é de sua responsabilidade colaborar para o sucesso da Gestão Escolar.

A seguir, buscar-se-á realizar um aprofundamento das contribuições do Assisten-

te Social para o fortalecimento da Gestão Escolar, partindo das perspectivas de autonomia, participação, democracia e cidadania dos alunos e famílias no contexto escolar.

As contribuições do Assistente Social no fortalecimento da Gestão Escolar

Vivencia-se na história da humanidade um período de modificações adversas enquanto rupturas de padrões tradicionais da família nuclear, mudanças culturais, de atitudes e comportamentos das crianças e adolescentes, fragmentação na unidade familiar, manifestações das questões sociais, dentre outras, processos estes refletidos na realidade escolar.

Dessa maneira, a escola atual está condicionada à adaptação imediata às transformações ocorridas na sociedade, mediante o sucateamento da educação pública, o quadro de profissionais defasados conforme a necessidade presente, e a cobrança incisiva de índices de aprovação, relacionados aos aspectos ensino-aprendizagem e às demandas exportadas do mercado de trabalho, como competência, habilidades ou polivalência.

Diante disso, encontra-se um profissional até então muito desconhecido na referida área. Neste momento faz-se necessário apresentar algumas considerações sobre as atribuições e competências do Assistente Social para com a realidade escolar contemporânea. Para Martins (1999), esse profissional tem a atribuição de:

- *melhorar as condições de vida e sobrevivência das famílias e alunos;*
- *favorecer a abertura de canais de interferência dos sujeitos nos processos decisórios da escola (os conselhos de classe);*
- *ampliar o acervo de informações e conhecimentos, acerca do social na comunidade escolar;*
- *estimular a vivência e o aprendizado do processo democrático no interior da escola e com a comunidade;*
- *fortalecer as ações coletivas;*
- *efetivar pesquisas que possam contribuir com a análise da realidade social dos alunos e de suas famílias;*
- *maximizar a utilização dos recursos da comunidade;*
- *contribuir com a formação profissional de novos assistentes sociais, disponibilizando campo de estágio adequado às novas exigências do perfil profissional (MARTINS, 1999, p.70).*

Sendo assim, compreende-se que a atuação do Assistente Social no contexto escolar tem por objetivo a possibilidade da contribuição para a resolubilidade das problemáticas sociais perpassadas em âmbito educacional, as quais possam desdobrar-se em atendimentos sociais aos alunos, suas famílias ou comunidade geral, na realização de encaminhamentos, informações, orientações, elaboração e implantação de projetos de cunho educativo, dentre outros. Nessa ótica, entende-se que para atingir a criança de forma integral, é necessário intervir na sua família.

Em conformidade ao exposto, Martins (2007) aborda a dimensão educativa que envolve a atuação do Assistente Social:

Portanto, o papel educativo do assistente social é no sentido de elucidar, desvelar a realidade social em todos os seus meandros, socializando informações que possibilitem a população ter uma visão crítica que contribua com a sua mobilização social visando à conquista dos seus direitos (MARTINS, 2007,p.135).

Dessa maneira, é impossível não associar a contribuição do Assistente Social para o fortalecimento da Gestão Escolar. Na medida em que esse profissional trabalha em prol da socialização das informações, no viés de direitos sociais, em que sua ação é balizada por um caráter de promoção ao exercício da cidadania, ele está colaborando para a efetivação da autonomia e emancipação da comunidade escolar, tendo como resultado o sucesso da Gestão Escolar.

Entende-se ainda que o Assistente Social exerce indubitavelmente, funções educativo-organizativas sobre as classes trabalhadoras, sendo que na escola, o seu papel se torna diferente, pois sua atuação incide sobre o modo de viver e de pensar da comunidade escolar, a partir das situações vivenciadas em seu cotidiano, justamente por seu caráter político-educativo, trabalhando diretamente com ideologia, e dialogando com a consciência dos seus usuários.

Nesse contexto, de acordo com a proposta de democratização da educação, abordada por Cossio (2006), entendida como a interação da sociedade na formulação e avaliação da política de educação, compreende-se que a inserção do Assistente Social no contexto escolar pode-se constituir em um agente integrador para que através da categoria participação, o profissional possa colaborar na construção de uma cultura de pertencimento, de significação e envolvimento da comunidade escolar no cotidiano da instituição educacional. Acredita-se assim, que essa cultura legitimará o êxito da Gestão Escolar.

Considerações Finais

Com a temática abordada, buscou-se suscitar reflexões sobre o papel do Assistente Social na educação, na perspectiva de suas contribuições para o fortalecimento da Gestão Escolar, entendida como todos os processos que permeiam o cotidiano da escola. Essa gestão deve ser pensada a partir da premissa de autonomia, emancipação, democracia e exercício a cidadania pela comunidade escolar.

Sabe-se que na realidade contemporânea as escolas estão sendo perpassadas por inúmeros fatores sociais, culturais, políticos e econômicos, os quais têm influenciado diretamente a rotina escolar e o processo de ensino-aprendizagem do aluno. Nesse contexto, também se encontram alunos com inúmeras demandas, oriundas das realidades sociais vivenciadas pelas suas famílias, as quais ultrapassam as questões pedagógicas do aprender e do ensinar, tendo-se a necessidade do apoio de outros profissionais.

Acredita-se que, mais do que nunca, a escola da atualidade deva romper com as barreiras e estigmas tradicionais, e aliar-se junto à comunidade em uma força-tarefa para a promoção da democratização da educação, na criação de espaços que sejam utilizados como canais de democracia e do exercício à cidadania da população.

Nesse sentido, tem-se a compreensão de quão árduo torna-se essa tarefa, frente a um sistema capitalista neoliberal, comandado pela competitividade, indiferença ao outro e crescimento do individualismo.

Dessa maneira, é imprescindível para o sucesso de uma Gestão Escolar, a qual é refletida em toda a comunidade educacional, a consolidação de canais que sirvam como instrumentos de participação, de inserção da família nos espaços escolares, de compartilhamento e acesso às informações e de valorização das realidades locais, as quais têm sua significativa relevância para a construção do Projeto Político da escola.

Aliado a esse contexto, o Assistente Social na educação é o profissional propulsor para que haja essa ebulição no processo de democratização da escola, na contramão do ideário neoliberal, em que a participação, como categoria social, é o eixo fundamental para a construção de uma nova proposta do papel da escola, do ensino e da educação, observando-se a complementaridade da Gestão Escolar e Serviço Social, na eficácia de uma educação transformadora.

Sendo assim, compreendeu-se que a atuação do Assistente Social no contexto escolar a partir da perspectiva de democratização da educação, contribui para a efetivação de uma Gestão Escolar, que seja de fato plena e atenda o aluno na sua integralidade.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Projeto de Lei nº 004 de 26 de janeiro de 2009. Estabelece a criação do Serviço Social Escolar nas Escolas Públicas Municipais.

_____. Lei nº. 12.101, de 27 de novembro de 2009. Dispõe sobre a Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social. Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, 2010.

_____. BRASIL. Lei nº. 3252 de 27 de agosto de 1957. Regulamenta a profissão de Assistente Social.

_____. Edital Concurso Público Prefeitura Municipal de João Pessoa, 2007.

_____. Projeto de Lei s/nº. Santa Maria, 2005.

_____. Constituição Federativa do Brasil. 1988. São Paulo, 2005.

_____. Lei nº 8662 de 07 de junho de 1993. Regulamenta a profissão de Serviço Social. Coletânea de Leis. CRESS, Porto Alegre, 2000.

_____. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. Código de Ética dos Assistentes Sociais. Brasília, 1993.

BARBOSA, Jane Rangel Alves. Administração pública e a escola cidadã. Revista da ANPAE, Porto Alegre, V. 15 N. 2, 1999.

BULLA, Leonia Capaverde. O contexto histórico da implantação do Serviço Social no Rio Grande do Sul. Revista Textos & Contextos, Porto Alegre, V. 7. N. 1, 2008.

CÓSSIO, Maria de Fátima. Gestão democrática na educação: retórica política ou prática possível. In: CAMARGO, Ieda de. (Org). Gestão e Políticas da Educação. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2006.

DOURADO, Luiz Fernandes (Org). *Gestão democrática: a perspectiva dos dirigentes escolares da rede municipal de ensino de Goiânia*. Goiânia: Alternativa, 2003.

FERREIRA, Liliana Soares. *Gestão da Escola: o projeto pedagógico, o trabalho e a profissionalidade dos professores*. In: *Educação em Revista*, Marília, V. 8 N. 1, 2007.

MARISTAS. *Plano de trabalho da Sociedade Meridional de Educação*. Santa Maria, 1998.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. *O Serviço Social na área da Educação*. In: *Revista Serviço Social & Realidade*, Franca, V. 8 N. 1, 1999.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. *Educação e Serviço Social: Elo para a construção da Cidadania*. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

PARO, Vitor Henrique. *Administração escolar: introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 1996.

SANTOS, André Michel dos. *A Escola como espaço de atuação para o Assistente Social: Trabalhando com grupos*. Trabalho Final de Graduação – TFG. Centro Universitário Franciscano, UNIFRA, 2005.

SANTOS, André Michel dos. *Escola e Serviço Social: juntos no enfrentamento da exclusão social*. *Revista Virtual Partes*. Disponível em: <http://www.partes.com.br/educacao/contextobrasileiro.asp>. Acesso em 13 jan. 2009.

SOUZA, Iris de Lima. *Serviço Social e Educação: uma questão em debate*. In: *Revista Interface*, Natal, V.2 N. 1., 1995.



O LUGAR DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Marcela Mary José da Silva ³

RESUMO:

O presente trabalho traduz-se num pequeno esforço de discutir a questão do serviço social na educação. O tracejado dividiu-se em dois momentos: o primeiro em que se levantam questões importantes para a compreensão do lugar do serviço social na educação. Para tanto foram trazidos alguns dados de pesquisas realizadas pelo Grupo de Trabalho de Serviço Social na Educação – GTSSSEDU da UFRB. Num segundo momento do texto, de forma sucinta apresenta-se como o GT vem desenvolvendo suas ações para implantação do serviço social nas escolas dos municípios baianos. São trazidas questões sobre a interdisciplinaridade, vulnerabilidades social, comunidade escolar e direitos sociais.

Palavras-Chave: Serviço Social, Educação, Comunidade Escolar.

³ Assistente Social formada pela UCSAL, Gerontóloga – UFBA, Mestre em Educação-UNEB, Docente do Curso de Serviço Social da UFRB/CAHL e Coordenadora do Grupo de Trabalho de Serviço Social na Educação-GTSSSEDU;

Introdução

É porque podemos transformar o mundo, que estamos com ele e com outros. Não teríamos ultrapassado o nível de pura adaptação ao mundo se não tivéssemos alcançado a possibilidade de, pensando a própria adaptação, nos servir dela para programar a transformação. FREIRE

O debate sobre a inserção do profissional de serviço social na educação não é recente. A única dimensão que podemos considerar como recente é o adensamento da discussão e das experiências que vem criando espaços de discussões e articulações que desencadeiam processos em vários municípios e estados do Brasil, pelos mais diversos grupos de pessoas.

Mas o que quer o serviço social no âmbito escolar? Essa questão é de extremo significado para o momento em que estamos passando. Cabe, para o esforço de dar conta dessa questão, fazermos algumas considerações que serão determinantes para sua compreensão:

A discussão não é para a inserção do profissional de serviço social na ESCOLA. É pela inserção desse profissional no campo da EDUCAÇÃO. E isso faz uma diferença absurda quando nos referimos à efetivação de direitos sociais e nos referirmos à classe trabalhadora e seus filhos e filhas. Compreendemos a educação como um direito social e reconhecemos seus níveis, como explicitado na LDB:

Desde sua promulgação, em 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vem redefinindo o sistema educacional brasileiro em todos os níveis: da creche, desde então incorporada aos sistemas de ensino, às universidades, além de todas as outras modalidades de ensino, incluindo a educação especial, profissional, indígena, no campo e ensino a distância. (LDB. 2010, p.3)

Esse tópico da LDB oferece-nos um campo de atenção às demandas da classe trabalhadora, tão amplo e abundante das expressões da questão social. É preciso compreender que a luta não é pelo espaço escolar, mas pelo campo da educação como via de formação de sujeitos e de efetivação de direitos.

Entendendo a ESCOLA como um dos espaços de atuação do profissional,

não podemos cair na armadilha que o trabalho do Assistente Social deve reduzir-se a fenômenos que recaíam sobre os discentes, os estudantes das escolas. O trabalho do assistente social deve contemplar a COMUNIDADE ESCOLAR, compreendida como esse mar cheio de vidas: **professores, servidores, famílias, estudantes e a comunidade no entorno da escola.** Como diz Freire:

A Escola é: o lugar onde se faz amigos, não se trata só de prédios, salas, quadros, programas, horários, conceitos... Escola é, sobretudo, gente que trabalha, que estuda, que se alegra, se conhece, se estima: Coordenador é gente, o professor é gente, o aluno é gente, cada funcionário é gente.

O trabalho do Assistente Social na educação, e, numa escola acenta-se também nessa compreensão de Freire que nos permite perceber pontos de convergência com o que prescreve no Projeto Eticopolítico do Serviço Social.

Existe uma armadilha que busca reduzir a atuação do profissional de serviço social apenas aos estudantes, e isso encerra alguns riscos:

a. culpabilização dos estudantes;

b. reprodução de diagnósticos de agências mundiais sobre qual é o problema da educação/escola brasileira, que ora é o aluno, ora o professor, ora a metodologia, e nunca a forma classista com que foi tratado esse campo em uma sociedade capitalista que quer desqualificar que é bem público;

c. um trato ideológico dado à compreensão dos direitos sociais e ao sujeito de direitos, condição ainda em construção no Brasil.

O fato é que não podemos reduzir a atuação do profissional de serviço social à instituição de uma POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL. Essa é uma das dimensões e não podemos reduzir tudo a ela.

A inserção do profissional nesse campo não é uma demanda da categoria no que se refere a garantir mais espaços de atuação profissional., mas é uma bandeira da categoria, por se inscrever a educação no campo das políticas sociais.

No que se refere a não ser uma ação exclusiva da categoria, na Bahia, os demais membros da comunidade escolar vêm sinalizando a necessidade de outros profissionais no espaço escolar por reconhecerem que existem dimensões da vida dentro da escola que, embora possam influenciar e por vezes até determinar

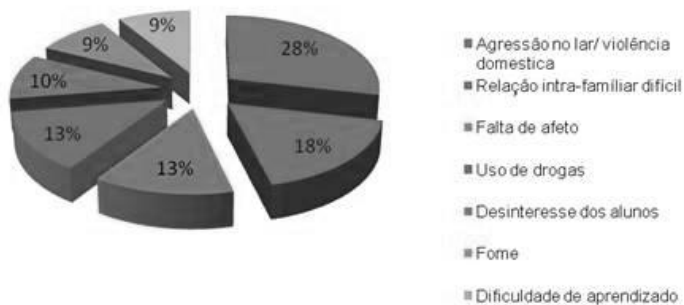
o percurso da relação ensino-aprendizagem, os professores, os coordenadores, os diretores, não sabem como lidar com essas questões e, igualmente sofrem, adoecem e veem seu trabalho não chegar aonde foi planejado;

Na Bahia, os profissionais de educação vêm fazendo a revisão dos seus Planos de Cargos, Carreiras e Vantagens (PCCV) e, por perceberem suas demandas, têm incluído o profissional de serviço social como carreira da educação. Exemplos: São Félix, Nova Açoas, Nazaré das Farinhas, Cruz das Almas, Cachoeira, dentre outras, através de mobilizações do Grupo de Trabalho de Serviço Social na Educação – GTSS-SEDU da UFRB. Esse movimento atesta como a percepção dos problemas da classe trabalhadora vem ganhando visibilidade, notoriedade e se constituindo como uma demanda a olhos vistos pelos sujeitos que compõe comunidade escolar.

Ainda sobre esse aspecto, o GTSS-SEDU realizou pesquisas em 3 municípios diferentes no Estado da Bahia. O que começou como um ensaio sobre As expressões da questão social no interior das escolas municipais de Cachoeira avançou para um Mapa da Vulnerabilidade da Comunidade Escolar do Estado. Destacarei duas questões dessa pesquisa: Primeiro, a percepção dos professores sobre os problemas que os alunos enfrentam; Segundo, o que os professores ouvem dos alunos sobre os problemas que eles enfrentam.

Vejamos os gráficos.

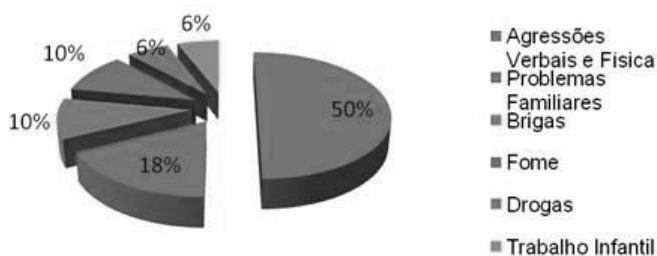
Gráfico 1 - Problemas dos Alunos Percebido Pelos Professores, Santo Amaro - Ba, 2011



Fonte: Banco de Dados do GTSS-SEDU – 2011.

Na cidade de Santo Amaro, no que se refere à percepção dos professores sobre os problemas da vida dos alunos, apenas 9% das respostas sinalizaram para uma dimensão da aprendizagem. Todas as demais questões se referem a problemas, que embora influenciem a escola e seus sujeitos, se referem à regulação dos modos de vida da população.

Gráfico 2 - Problemas Relatados aos Professores Pelos Alunos, Santo Amaro - BA, 2011.

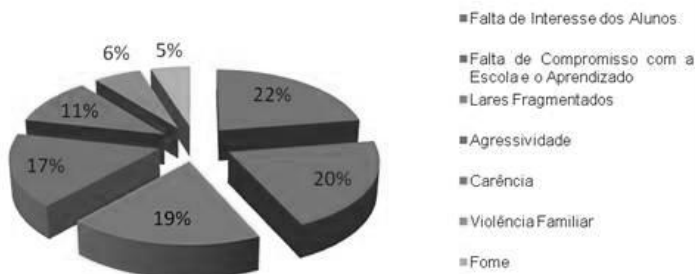


Fonte: Banco de Dados do GTSSEDU – 2011.

O Gráfico 2 foi construído através da escuta dada pelos professores à dinâmica da vida relatada pelos discentes. Percebe-se que a compreensão dos alunos sobre seus problemas, não se localiza no território da relação ensino-aprendizagem. Todos relatam sobre os mais diversos episódios da vida cotidiana sem colocar a escola, o método, o professor, a estrutura como uma questão mais imediata. Isso não quer dizer que essas questões não sejam problemáticas ou estejam resolvidas na escola, mas sinaliza que existe um mundo que a escola não tem considerado, mas que certamente interfere nos seus resultados.

Em Cachoeira, outro município, observamos os seguintes resultados.

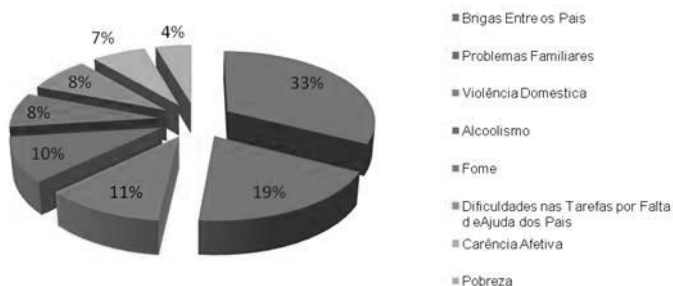
Gráfico 3 - Problemas dos Alunos Percebidos Pelos Professores, Cachoeira-BA, 2011



Fonte: Banco de Dados do GTSSSEDU – 2011.

Os professores sinalizam que há falta de interesse dos alunos e falta de compromisso com a escola e com o aprendizado. Isso remonta 42 % dos problemas. 58% mostram o circuito de vulnerabilidade percebido pelos professores. No gráfico 4, poderemos perceber algumas das causas desses 44% de comportamentos

Gráfico 4 - Problemas Relacionados Pelos Alunos aos Professores, Cachoeira-BA, 2011.

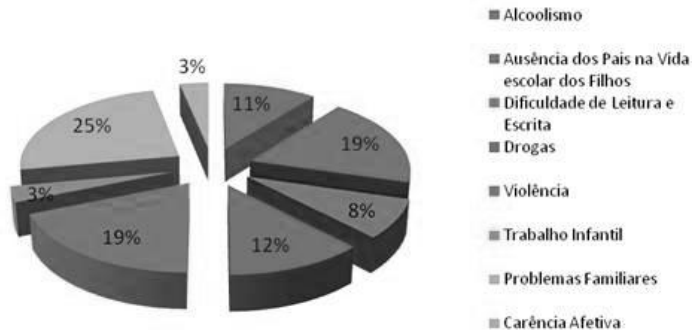


Fonte: Banco de Dados do GTSSSEDU – 2011.

Parece claro que o interesse dos alunos e de seus pais pela escola ou pelo aprendizado não perpassa por uma vontade, uma escolha, mas, sobretudo se encontra encharcada em dimensões da vida cotidiana dessas famílias, que vivem na mais absoluta pobreza, distantes do que PEREIRA (2000) critica como “mínimos sociais”. Como uma população sem proteção social, como atestam os dados, pode ter a experiência de sujeito de direitos, pode ter a experiência ensino-aprendizagem preservada?

No município de Senhor do Bonfim, vejamos o panorama:

Gráfico 5 - Problemas dos Alunos Percebidos Pelos Professores, Senhor do Bonfim-BA, 2011

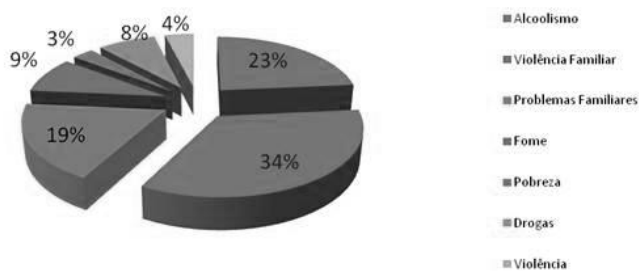


Fonte: Banco de Dados do GTSSSEDU – 2011.

92% dos problemas percebidos pelos professores têm ligação com as outras dimensões da vida dos alunos, que não a relação ensino-aprendizagem, a priori, missão única da educação e da escola: aprender. Mas aprendizagem é troca, é experiência, é construção compartilhada.

Vejamos no Gráfico 6 algumas das dimensões da vida que os alunos compartilharam com os professores:

Gráfico 6 - Problemas Relatados Pelos Alunos aos Professores, Senhor do Bonfim-BA, 2011.



Fonte: Banco de Dados do GTSSSEDU – 2011.

Como percebemos, a sociabilidade que o sistema capitalista tem imposto à sociedade tem criado cenários muito delicados no âmbito da educação, que não pode se reduzir ao pragmatismo do mundo do emprego que vem ressignificando

intensamente todos os níveis da educação e que podemos ver nos dados do ensino trazidos pelos professores do Ensino Fundamental das cidades, todas do interior.

Esse é o percurso desenhado por uma dimensão capitalista, neoliberal, focada no mercado, como bem nos sinaliza ALMEIDA no Parecer realizado por ele por demanda do Grupo de Trabalho Nacional de Serviço Social na Educação do Conjunto CFESS/CRESS:

A escola pública e, mesmo, a particular, na esfera do ensino fundamental, se vê atravessada por uma série de fenômenos que, mesmo não sendo novos ou estranhos ao universo da educação escolarizada, hoje se manifestam de forma muito mais intensa e complexa: a juventude e seus processos de afirmação e reconhecimento enquanto categoria social, exacerbadamente mediados pelo consumo; a ampliação das modalidades e a precoce utilização das drogas pelos alunos; a invasão da cultura e da força do narcotráfico; a pulverização das estratégias de sobrevivência das famílias nos programas sociais; a perda de atrativo social da escola como possibilidade de ascensão social e econômica; a desprofissionalização da assistência no campo educacional com a expansão do voluntariado; a gravidez na adolescência tomando o formato de problema de saúde pública, e a precarização das condições de trabalho docente são algumas das muitas expressões da questão social. (2005. p. 18)

É fundamental encarmos a escola como um espaço da rede de proteção social. Para muitos esse pensamento pode parecer, num primeiro momento, uma forma de “assistencializar” a educação, mas não se trata disso. Reconhecer a proteção social como um aspecto que diz respeito única e quase que exclusivamente à assistência social. Que tal ampliarmos essa concepção? Entendermos a proteção social não para “aqueles que dela precisam”, mas como maneira de termos uma nova forma de regulação dos modos de vida via compreensão que não podemos praticar a proteção social de forma darwinista. O convite para essa reflexão parte da necessidade de discutirmos a proteção social na perspectiva dos trabalhadores, e não na perspectiva burguesa que a ordem capitalista neoliberal nos indica na atualidade. Refiro-me à necessidade de discutirmos a proteção social como um bem público

para trabalhadores e suas famílias, e não “para pobres”. Na contemporaneidade, público e para pobres vêm se tornando sinônimos, com forte carga ideológica que mascara responsabilidades do Estado, impõe ao indivíduo papel de protagonista de sua vida, descolando-o da noção de história e de parte da totalidade histórica, sem falar que isso dificulta, na medida em que tem forte força de desmobilização coletiva das demandas sociais. É preciso romper com aquilo que ALMEIDA (2010, p. 22) apontou como “uma concepção de educação que não considera o acesso aos direitos sociais como condição de uma sociabilidade mais humanizadora e vivente.”

É nessa perspectiva de construção de uma educação que considere uma sociabilidade humanizadora e vivente que arrisco-me a desenhar a necessidade de ampliarmos o conceito de proteção social como direito social público, dever do Estado.

Por fim, cabe destacar que a missão do profissional de serviço social na educação em nada, e de forma alguma substitui as ações do ponto de vista da relação ensino-aprendizagem, campo de saber de professor e de pedagogos que desenham uma organização do seu fazer profissional em todos os níveis da educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação bem delimita as ações dos professores, bem como a Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social também estabelece as competências e as atribuições desse profissional. Não existe a possibilidade de se confundirem suas ações, atribuições e competências. Quantas vezes os próprios professores ou pedagogos dizem: “tenho que ser psicólogo, assistente social...”. Nesse discurso explicita-se o reconhecimento de dinâmicas que ocorrem no interior da escola para as quais os professores não foram formados para dar conta e não precisariam ser. Para isso e por isso as disciplinas, os campos de conhecimento e fazer se aproximam, e, segundo ALMEIDA, essa é,

Uma aproximação que requer maior conhecimento entre as dinâmicas e particularidades de cada área. O esforço em direção a uma prática intersetorial, tomada em sua amplitude como também interdisciplinar, não significa abolir as fronteiras disciplinares e setoriais como um pressuposto para o trabalho, ao contrário, só se torna intersetorial ou interdisciplinar partindo do real, da existência da própria disciplina e do próprio setor que precisam ser conhecidos. (2010, p.278)

É a esse desafio que a intersetorialidade vem sendo chamada a responder. Não só em extensão, mas também em profundidade em todas as dimensões da

educação. A interdisciplinaridade deve ser garantida desde a Educação Infantil à universidade, sustentados pelos princípios dos direitos sociais. A vida é complexa, a educação é complexa e as abordagens devem esforçar-se para dar conta dessa complexidade. É importante avançarmos na concepção de articulação em rede para superarmos a dimensão simples da coexistência.

Estamos atrasados nisso, embora muitos estados e municípios já tenham avançado em muito nessas questões que envolvem a discussão, a implantação, a implementação, o monitoramento e a avaliação da presença dos profissionais de serviço social em todos os níveis da educação.

Essa discussão nos remete a outros aspectos fundamentais para a efetivação da inserção dos profissionais na educação:

- regulamentação desse processo;
- não precarização do trabalho do assistente social no âmbito da educação;
- estudos sobre a quantidade de assistentes sociais necessários por escola e núcleos;
- inclusão desse campo de trabalho nos currículos das Unidades de Formação Acadêmica, objetivando-se como processo de trabalho;
- abertura e reconhecimento desse campo como espaço de estágio supervisionado;
- mapeamento constante das profissionais que já atuam na área, esforço que vem sendo implementado em nível nacional pelo conjunto CFESS/CRESS e na Bahia pelo Grupo de Trabalho de Serviço Social na Educação;
- disseminação de espaços de discussões via conselhos, conferências ou cursos como é feito pelo GTSSSEDU, na modalidade de extensão;
- aproximação com as demais entidades municipais, estaduais e nacionais de educação;

E, sobretudo, o trabalho em rede com os sujeitos da comunidade escolar, que, por sua vez, colocarão as escolas, as universidades e os espaços não formais de aprendizagem, campos da atuação do serviço social, para atuarem na consolidação da rede de direitos sociais. A educação e os espaços que ela utiliza são o barômetro das expressões da questão social e de como o Estado e a sociedade civil têm se portado frente a esses fenômenos. Os problemas que pressionam os espaços educacionais foram desenvolvidos em rede e na história, o que evoca a necessidade de, tanto na interpretação dos problemas como na resolução deles, ser imprescindível encará-los através da compreensão da totalidade social.

O desenvolvimento da luta para a inserção do serviço social na educação na Bahia: passadas do GTSSSEDU

Todo projeto educativo tem que ser um projeto de humanização; isto implica reconhecer a desumanização, ainda que seja uma dolorosa constatação. Juntar os cacos triturados pela injustiça, fome, provocadas pela brutalidade do capitalismo. Buscar a viabilização da sua humanização no contexto real, concreto do Brasil. Este é o desafio do Projeto Popular: RECUPERAR A HUMANIDADE ROUBADA DO POVO. (Arroyo)

Cada município, cada estado, vem buscando suas estratégias de início ou de consolidação desse processo. A seguir descreveremos como, Bahia, através da Grupo de Trabalho de Serviço Social na Educação (GTSSSEDU) da Universidade Federal do Recôncavo (UFRB) está conduzindo esse processo de reconhecimento, aproximação e pertencimento do serviço social na educação, via municípios, estratégia central do GT.

O Grupo de Trabalho de Serviço Social na Educação (GTSSSEDU) vem se consolidando como um grupo aberto e articulado de mobilização e execução de ações para a inserção do profissional de serviço social na educação na Bahia.

Seguindo os passos dos pioneiros na discussão e, apoiando-se no fato de ser uma ação do primeiro curso de Serviço Social Público do Estado, o GT levanta algumas questões:

1. Como foi possível dissociar durante tantos anos a relação entre as condições de vida da população em torno das escolas como fator dificultador de ingresso e de permanência de crianças e adolescentes no sistema oficial de educação?
2. Como foi possível descolar das crianças e da juventude do país no interior das escolas a extrema fragilidade das famílias e das comunidades no acesso aos mais diversos direitos sociais?
3. Como pudemos atomizar os problemas de evasão, repetência, abandono, não acesso às escolas e universidades a um simples desinteresse ou incompetência seja dos pais, dos diretores, dos professores ou dos próprios estudantes?
4. Como podemos reduzir o espaço escolar às experiências de violência, de trânsito de drogas, de fome ou indisciplina tão alardados pela mídia?
5. Que tipo de destino social estamos desenhando para as crianças, adolescentes e para juventude do país?

Essas questões estão sempre presentes em nossos trabalhos e atividades. É a partir delas que organizamos o plano de ações do GT que tem, até este momento, 7 linhas de desenvolvimento:

- Serviço Social nas Escolas;
- Serviço Social na Assistência Estudantil,
- Relação Escola-Família e Comunidade;
- Juventude e Destinos Sociais;
- Comunidade Escolar e Desenvolvimento Local;
- Educação, Serviço Social e Desenvolvimento Social;
- Direitos Humanos e Educação.

Todas essas linhas foram demandadas pelos sujeitos que compõem o GT e os Núcleos de Estudos de Serviço Social na Educação. Estes são o resultado nos municípios da existência do Curso de Extensão: Serviço Social na Educação desafios e perspectivas, ação precípua do GT. Foram realizados, até dezembro de 2001, 20 cursos de extensão com cerca de 3.900 pessoas tocadas pela discussão do tema.

São chamados e convidados todos da comunidade local sem discriminação de nenhuma ordem, por entendermos que essa discussão é pública. Nesse espaço de aprendizagem, que é o curso, pais, mães, estudantes de todos os níveis e categorias, conselheiros, secretários, vereadores, religiosos, associações religiosas e culturais, todos, sem exceção, são conclamados a participar das discussões que primam em apresentar e discutir como os munícipes avaliam os problemas que ocorrem no território e como estes influenciam a educação local; a relação entre Educação e Serviço Social; experiência exitosa do serviço social na educação em escolas, universidades, e os projetos de lei que já existem, aproximando os parlamentares e seus projetos da população.

Ao final de cada curso, chamamos a comunidade interessada em participar da discussão e das ações para fundar o NESSE do município que é acompanhado, apoiado e supervisionado pelo GT.

O NESSE torna-se a coluna central das discussões, articulações e atividades a serem desenvolvidas nos municípios com o objetivo de dar continuidade às discussões, à formação e à efetivação da regulamentação local:

São hoje 9 NESSE:

- Feira de Santana;
- Salvador;
- Santo Amaro;
- Cachoeira;
- São Félix;
- Santo Antônio de Jesus;
- Cruz das Almas;
- Camaçari;
- Maragogijipe;

Como resultados dessa forma de organização, mobilização e disseminação da luta temos:

- projetos de Lei Municipais: Santo Amaro da Purificação, Cachoeira, Salvador. O de Cachoeira já foi sancionado pelo prefeito. Em Santo Amaro teremos um Projeto Piloto enquanto a Lei tramita. Em São Félix também teremos um Projeto Piloto;
- realizaram-se 5 audiências públicas: Cachoeira, São Félix, Salvador, Santo Amaro e Feira de Santana;
- realizamos ações conjuntas com a APLB do estado que vem auxiliando os municípios na revisão dos PCCV da educação e muitos estão incluindo o profissional de serviço social como carreira na educação;
- temos 4 pesquisas realizadas para a construção do Mapa da Vulnerabilidade das Escolas Municipais do Estado;
- participamos de mais de 15 eventos de serviço social e educação publicizando a discussão e construindo as redes e rodas de conversa;
- entramos com um pedido junto à Governadoria que nos encaminhou à Secretaria de Educação do Estado e os técnicos dessa secretaria deram um parecer favorável à inserção do profissional de serviço social na rede estadual de educação;
- apresentamos a proposta para os gestores do Programa Pacto pela Vida que atua em áreas de grande vulnerabilidade da capital mostrando a pertinência da inserção do profissional de serviço social e de outras categorias para que possamos reconstruir o espaço escolar público como espaço de formação para a emancipação;
- os NESSE têm recebido colegas de outros territórios para conhecer a metodologia do trabalho e têm aprendido bastante;

- Cachoeira é o primeiro município do estado da Bahia que regulamentou a inserção do profissional de serviço social na educação pública municipal.

Os NESSE são formados por estudantes, professores, vereadores, secretários, pais, mães, religiosos, líderes dos territórios, comerciantes, policiais civis e militares, técnicos das mais diversas profissões das esferas públicas e privadas. Estamos caminhando e nos articulando com grupos de pesquisa e extensão de outros estados, a exemplo do GEPESSE da UNESP de Franca.

A nós interessa a discussão sobre destinos sociais e articulá-la de forma humanizadora à consolidação das políticas públicas que cruzam os espaços educacionais.

Considerações Finais

O lugar do serviço social na educação é um específico, como específicos são todos os campos do saber, mas específico não quer dizer isolado, único, exclusivo. Nisso constitui-se o desafio da humanidade na contemporaneidade. É esse desafio que chamamos de INTERDISCIPLINARIDADE.

Passamos séculos dissociando, separando, fragmentando, especializando o que agora clama por uma visão conjunta, mas não homogênea. Requeremos mais olhares para a educação, seja ela em que nível for, não para enchermos os espaços, mas para que possamos fazer dos espaços educacionais espaços da construção da condição humana de todos os sujeitos que nela e dela vivem.

A inserção do profissional de serviço social nesses espaços contribuirá sobremaneira para a ampliação da rede de proteção social, para a organização em rede das demandas de saúde, assistência social, habitação, segurança, emprego, renda, dentre outras dimensões que vêm pressionando o interior desses espaços.

É importante criar, construir e efetivar postos para que a rede seja construída, consolidada e que através dela não percamos mais vidas. Vidas de estudantes, de pais, mães, professores, e gestores.

Referências

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. Educação e infância na cidade: dimensões instituintes da experiência de intersetorialidade em Niterói. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense-UFF. Centro de Estudos Sociais Aplicados Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2010.

_____, Ney Luiz Teixeira. Parecer sobre os projetos de lei que dispõem sobre a inserção do Serviço Social na Educação. Caderno Especial n. 26. Brasília: CFESS. 2005.

ARROYO, Miguel. A contribuição do pensamento de Paulo Freire para a construção do Projeto Popular para o Brasil. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/13498659/Miguel-Arroyo-Paulo-Freire-e-Projeto-Popular>. Acessado em 04/07/2011.

BRASIL. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 5. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

FREIRE, Paulo. Poesias. A escola. Disponível em: http://www.paulofreire.org/escola_p.htm. Acesso em: 19 de julho de 2007.

_____, Paulo. Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP. 2000

PEREIRA, Potiara, A. Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: CORTEZ



CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DA PUCRS: CONSTRUINDO UMA METODOLOGIA DE TRABALHO VOLTADA À ATENÇÃO INTEGRAL AO ESTUDANTE

Autores⁴

Prof.^a Ms Doris Helena Della Valentina⁵
Prof.^a Ms Gilze de Moraes Rodrigues Arbo⁶
Prof.^a Ms Jacqueline Poersch Moreira⁷
Prof.^a Ms Jurema Kalua Vianna Potrich⁸
Prof.^a Dra. Maria Lucia Andreoli de Moraes⁹
Prof. Dr. Alfredo Cataldo Neto¹⁰
Prof. Dr. Francisco Arseli Kern¹¹

Resumo

O presente estudo constitui-se em algumas reflexões sobre o trabalho que o Centro de Atenção Psicossocial da PUCRS – CAP vem desenvolvendo com alunos e professores na perspectiva da sua atenção integral. A Universidade, no contexto atual, tem a preocupação com os diferentes aspectos que influenciam na qualidade da formação acadêmica, como a vulnerabilidade e risco social, redes de pertencimento, as estratégias de intervenção. São eixos temáticos debatidos com o propósito de dar visibilidade à metodologia de trabalho do CAP.

4 Professores que integram a Equipe do CAP (Centro de Atenção Psicossocial)

5 Psicóloga - Professora da FAPSI - PUCRS

6 Pedagoga - Especialista em Psicopedagogia – Professora da FACED - PUCRS

7 Psicóloga - Pró-Reitora de Assuntos Comunitários – FAPSI - PUCRS

8 Especialista em Educação Especial – Professora da FACED - PUCRS

9 Psicóloga - Professora da FAPSI - PUCRS

10 Psiquiatra - Professor da FAMED - PUCRS

11 Assistente Social – Professor da FSS

Palavras-chaves: Universidade, Estudante, Vulnerabilidade, Redes, Estratégias metodológicas, Equipe Interdisciplinar.

Introdução

A atenção psicossocial e pedagógica à comunidade interna da PUCRS, voltada aos alunos e professores, impõe-se, como uma necessidade, para a Universidade que busca a excelência acadêmica com o olhar voltado ao ser humano. Desta forma, o Centro de Atenção Psicossocial da PUCRS tem o seu trabalho voltado à atenção integral ao aluno e ao professor compreendendo-os como sujeito de construção da sua história de vida, e passa a mediar a relação deste aluno com seu mundo acadêmico em função de suas dificuldades relacionadas aos processos de ensino e aprendizagem.

Neste sentido, o CAP tem como objetivos:

- atender à proposta vinculada ao Planejamento Estratégico e Projeto Pedagógico da Universidade num esforço para que haja satisfação no cotidiano dos alunos e professores, oportunizando maior qualificação dos serviços de atenção à população acadêmica;
- integrar as ações do Centro às necessidades que emergem através das Pró-Reitorias Acadêmicas (PROGRAD e PRPPG), Recursos Humanos e Centro de Pastoral e Solidariedade;
- oferecer atenção aos alunos e/ou professores das diversas Unidades Acadêmicas, acompanhando o processo ensino e aprendizagem e fazendo encaminhamentos, se necessário, a serviços especializados, tanto internos quanto externos.

A Universidade, como instituição de conhecimento, apresenta-se na atualidade como um dos principais caminhos que contribuem para que o aluno possa construir e realizar o seu projeto de vida, seja ele pessoal ou profissional. Muitas são as dificuldades com as quais todo e qualquer aluno se depara ao ingressar no mundo acadêmico como a grande promessa e possibilidade de transformação de sua história de vida.

Ao perceber que a realidade da formação universitária se contrapõe às próprias condições do aluno, muitos deles acabam trilhando outros caminhos

e abandonam os seus projetos de vida, sejam eles pessoais ou profissionais. Nem todos os que ingressam e sonham com a Universidade permanecem nela e constroem nela um pertencimento e uma referência social. Originam-se, então, as razões que levam à compreensão do fenômeno da evasão do ensino superior, uma das questões que mais preocupam, hoje, as instituições de ensino.

O Contexto da Universidade na Atualidade

Em todos os processos interventivos que o CAP realiza junto ao público acadêmico, observa-se que as mudanças rápidas identificadas nas características dos alunos, levam a refletir sobre as demandas e formas de intervir para trabalhar as necessidades que emergem frente às situações para que não haja interrupção dos processos associados aos projetos de vida.

Assim, o estudo da evasão no ensino superior no Brasil nas últimas décadas pressupõe que as sociedades modernas, na fase da globalização da economia, veem o ensino superior como importante forma de inserção dos indivíduos na sociedade e no mercado de trabalho. Por isso, há muita pressão para um aumento contínuo do número de vagas, intensificada pela globalização (BARREIRO e TERRIBILI, 2007).

De acordo com o INEP, o histórico da localização dos alunos no ensino superior apresenta-se como:

- Em 1980 (INEP) = 1.377.286 estudantes no ensino superior, sendo que 64,3% (885.040) estavam em instituições particulares e 35,7% (492.232) em instituições públicas.
- Em 2007 = 4,8 milhões de alunos na graduação, 3,6 milhões em instituições particulares = 74,6% do total. Ou seja, de cada dez estudantes na educação superior, sete estudavam em instituições particulares e apenas três em universidades públicas. (Censo da Educação Superior de 2007(INEP)

Com relação ao período em que os alunos estudam, o censo divulga que: 62,2% (3.009.533) estudam em cursos noturnos e 91,8% (2.544.964) em instituições particulares.

Dentre as causas do crescimento do segmento de IES particulares, temos o ingresso de setores de classes menos favorecidas, nas últimas décadas. Quanto à evasão, somente 42% dos estudantes ingressantes conseguem concluir o ensi-

no superior (Censo da Educação Superior de 2003 (Cuculo (2004), apud Barreiro e Terribili (2007)). Outra pesquisa demonstra que 24,4% dos ingressantes possuem uma renda de até três salários mínimos e, entre os concluintes, apenas 17,6% estão dentro dessa faixa de renda (INEP-ENADE/2004).

Diante desses números, seria necessário que o Estado propusesse políticas públicas para acompanhar os contornos que o problema da evasão assume e fizesse correções e investimentos sociais para assegurar não somente o acesso de alunos nas IES, mas a permanência e a conclusão do ensino superior em instituições de qualidade.

Compreende-se a evasão como um processo de desistência, pelo discente, do curso ao qual estava matriculado, sendo caracterizada como um fenômeno social definido como interrupção no ciclo de estudos (GAIOSO, 2005). Sem dúvida, os estudos de evasão constituem um suporte importante para os processos de avaliação institucional. É um dos problemas que preocupam as instituições de ensino em geral, sejam públicas ou particulares, pois a saída de alunos provoca graves consequências sociais, acadêmicas, econômicas e emocionais.

Entre 2000 e 2005, no conjunto formado por todas as IES do Brasil, a evasão média foi de 22%, atingindo 12% nas públicas e 26% nas particulares.

São poucas as IES que possuem um programa institucional regular de combate à evasão, com planejamento de ações, acompanhamento de resultados e coleta de experiências bem sucedidas (SILVA FILHO, 2007).

Os principais motivos que provocam a permanência prolongada estão relacionados à realização de intercâmbio (45%) / mobilidade acadêmica; reprovação em disciplinas (25%); abandono de disciplinas/desistência sem trancamento; trancamento de curso; trancamento de disciplinas e reprovação em disciplinas (por nota, não por frequência).

Além dos motivos descritos, ainda identificamos o trancamento de disciplina(s) (15%), o abandono de disciplina(s) (5%) e transferência de curso ou entre outras faculdades (5%) como situações que levam o discente a permanecer por um período prolongado ou não finalizar o curso escolhido.

Assim, estudar a evasão e pensar em estratégias para combatê-la é fundamental para a qualificação dos processos de ensino e aprendizagem no ensino superior, considerando o fenômeno como um campo vasto e complexo que envolve questões pedagógicas, psicológicas, sociais, políticas, econômicas e administrativas.

A Intervenção Psicossocial no Contexto das Vulnerabilidades da Comunidade Acadêmica

A temática da vulnerabilidade começou a ser discutida na década de 80 junto ao surgimento da epidemia da Aids no campo dos Direitos Humanos, especialmente a partir de 1992 por MANN et al. Na época, discutia-se muito o fato de todos sermos e estarmos vulneráveis a nos contaminarmos com o vírus da Aids. Combateu-se tanto o vírus da Aids, que misturou-se o sentimento e a confusão de não sabermos se estávamos combatendo em número maior o vírus, a vulnerabilidade ao vírus ou os próprios portadores do vírus.

Com o passar dos anos, a temática da vulnerabilidade passou a ser aprofundada e conceituada em vários outros segmentos. Um importante conceito sobre a vulnerabilidade foi criado pela Política Nacional da Assistência Social, em que entende-se por situação de vulnerabilidade:

perda ou fragilidade de vínculos afetivos, pertencimento e sociabilidade; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (PNAS, 2004, p.34)

Poderíamos exemplificar com inúmeras situações o conceito de vulnerabilidade apresentado pelo Programa Nacional da Assistência Social. Este conceito afirma e reafirma que os processos de fragilização social não se constituem pelo abstrato, mas se configuram como construção social em que a condição humana é determinante e vítima de todas as formas de vulnerabilização, construção do risco social e morte social.

Sem dúvida, a relação existente entre vulnerabilidade, risco e morte social é eminentemente estreita. Uma vincula-se e conecta-se à outra sob os mais diversos aspectos. O que perpassa os três elementos é a condição da vida e não podemos nos atribuir o poder de julgarmos o que seja mais doloroso: a morte social ou a mor-

te física num contexto quando discutimos o resgate do valor da vida, até porque, de um ponto de vista místico-filosófico, a morte existe porque existe o nascer.

Neste processo, sem dúvida, a construção do aluno como sujeito é uma construção social e processual. Ele fragiliza-se e vulnerabiliza-se a partir de enfrentamentos que são feitos no cotidiano em que a realidade o coloca frente a frente com a vulnerabilidade e com as situações de risco social.

Estar na Universidade significa ingressar no mundo do conhecimento, inserir o mundo acadêmico e profissional no seu projeto de vida. Algumas vezes, esse processo pode não estar organizado conscientemente, fragilizando o aluno com o enfrentamento de diferentes dificuldades, sejam elas sociais, educacionais, emocionais, econômicas. Neste mesmo processo, ele é convidado e motivado a se construir como sujeito da sua condição humana. Por mais que o mundo exterior o fragiliza e vulnerabiliza, o mundo do conhecimento passa a se apresentar ao estudante como um grande horizonte que se abre com inúmeras possibilidades e dimensões.

Ao vivenciar o mundo da Universidade, a condição humana do aluno não se limita somente ao conhecimento que ele busca e constrói. Ele traz consigo a sua experiência de vida lá de fora, e dentro desta experiência de vida existem sentidos e significados de experiências que estão escondidos e que precisam ser trabalhados e passam da invisibilidade para a visibilidade. O aluno vem ao CAP buscar ajuda para fazer os enfrentamentos com relação a experiências que vivencia e que fazem da sua história de vida, uma história que é permeada muitas vezes pela violência, por processos de exclusão material e subjetiva, pela pobreza, pela infelicidade, por processos depreciativos de identidade, entre outros.

Sem dúvida, todo processo de fragilização humano-social coloca o aluno frente a sua condição de ser vulnerável. Disto decorre a situação de risco social. Assim, a vulnerabilidade social não é abstrata (alma) e sim absolutamente concreta e vivenciada no cotidiano em que a fragilização da identidade se torna processual e constitutiva do ser. Há de se destacar:

- a fragilização social se constrói a partir das sucessivas perdas que se efetivam a partir dos processos sociais que o aluno vivencia: trabalho, educação, habitação, segurança, autoestima, confiança, esperança, perspectivas, etc.
- o aluno experimenta, na sua trajetória, os impactos da questão social na medida em que se constitui num sujeito relacional, vivenciando com isto experiências de violência intrafamiliar, exclusão do mundo do trabalho, envolvimento com as drogas ilícitas e pobreza material quando se depara com a necessidade de optar entre a passagem escolar, o lanche e a aquisição

de material didático-pedagógico.

- a fragilização se materializa através da vivência da exclusão social quando o aluno depara-se com a ausência de espaços que poderiam lhe garantir a inclusão, e da ausência de uma rede primária e secundária para lhe garantir a referência e o pertencimento social.
- a situação do aluno fragilizado não pode ser compreendida fora de seu contexto. É preciso investigar e analisar a construção social de sua trajetória e como se constitui a sua rede de relações que ora o potencializa, ora o fragiliza.

Entender o aluno dentro do contexto da sua história, é concebê-lo como sujeito da sua história em que há ou houve a existência de uma rede social de apoio que o constituiu como sujeito. Na fragilização desta rede, há a fragilização do aluno. São duas questões que caminham juntas. Considerar a importância da rede primária e secundária na vida do aluno é considerar a sua referência e o seu pertencimento social.

A rede primária se constitui como a primeira instância de referência relacional que é composta pela família e suas configurações sociais. Ali se constrói o primeiro sentimento de pertencimento, com o desejo natural do aluno pertencer a algo e ter nesta rede primária a sua referência. Na dimensão social mais ampla e extensiva da rede primária, passa a existir a rede secundária que se compõe de todas as instâncias sociais que existem além da família, sejam vizinhos, amigos, escola, igreja, trabalho, entre outros.

Neste sentido, quando falamos em rede primária e rede secundária, falamos também em sujeito individual e sujeito coletivo. Seja na rede primária ou na rede secundária, quando o aluno busca o suprimento de suas necessidades individuais, a rede sempre o deve acolher com o significado de sujeito coletivo. Assim, podemos afirmar que o humano constitui-se como elemento mais importante na configuração social da rede primária e também da rede secundária. É na rede primária que o aluno constrói as suas primeiras noções de aprendizado relacional que se estendem para os grupos sociais mais amplos que são chamados de rede secundária. Esta socialização não se dará a partir de uma relação causa x efeito. Ela irá se estabelecer a partir das representações dos grupos e dos seus significados para o aluno: significados de pertencer, significados de uma relação de igual para igual, significados de uma relação de igual para igual no estabelecimento das diferenças sociais.

Ação da Equipe: Construção e Reconstrução Permanente como Princípio Metodológico

A estratégia de intervenção institucional realizada pela equipe do CAP está embasada na atenção e ação frente às especificidades da aprendizagem, considerando tanto o sujeito da aprendizagem, quanto seu entorno. Ao falarmos do sujeito da aprendizagem, consideramos o aluno, professor, a equipe diretiva, famílias, enfim, todos os atores que contribuem na construção do processo de ensinar e aprender e, mais especificamente dentro da Universidade, na construção da formação e identidade profissional.

Assim, o trabalho desenvolvido pela equipe do CAP é de atenção, escuta, acompanhamento, intervenção e, se necessário, encaminhamento das necessidades apresentadas pelos alunos, professores e equipes diretivas. A postura de mediação entre os diferentes sujeitos busca exercer a função de organizador situacional, ou seja, realizar a escuta atenta do discurso manifesto, da demanda apresentada, interpretando-a e, a partir disso, construindo a possível intervenção a ser realizada.

Sendo assim, produz-se uma leitura do que é demanda e do que é necessidade, o que nos leva a um trabalho alicerçado com os principais objetivos do CAP, que são:

- identificar as necessidades relacionadas ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem no contexto acadêmico;
- oferecer atenção aos alunos e/ou professores das diversas Unidades Acadêmicas, em suas necessidades e/ou dificuldades;
- prestar assessoria a professores, coordenadores e diretores quanto às necessidades e dificuldades apresentadas por alunos e docentes;
- mediar ações de adaptação metodológica e de avaliação entre alunos, professores e demais profissionais envolvidos com necessidades educacionais especiais.

Em relação a isso, identificaram-se limitações dentro do contexto acadêmico universitário uma vez que a partir das necessidades detectadas faziam-se necessárias outras modalidades voltadas para trabalhar a população acadêmica que necessitava de auxílio voltado para a inclusão. O contexto institucional criou, então, outros recursos e núcleos para atender a esta demanda, o que produziu uma importante modificação na dinâmica dos encaminhamentos.

A dinâmica do serviço é constituída por parcerias com as diferentes Unidades e recursos de que a Universidade dispõe. Nossa prática está pautada no atendimento de alunos que procuram o CAP de maneira espontânea ou com a indicação de professores ou gestores que observam alguma dificuldade no processo de aprendizagem ou outras questões que envolvem o aluno, e que, num primeiro momento, não se relacionam diretamente à questão específica da aprendizagem. Também trabalhamos com professores das diferentes Unidades acadêmicas da Universidade para auxiliar em questões relacionadas a dificuldades com alunos, com adaptação metodológica, ou por questões pessoais que também possam estar influenciando na qualidade do relacionamento e na sua função como educador. Realizamos assessoria às Unidades acadêmicas, buscando trabalhar com temas que sejam pertinentes para a qualificação dos relacionamentos e da prática docente. E, por fim, trabalhamos integrados com outros espaços da Universidade, como a PROGRAD (Pró-Reitoria de Graduação), que, dentre suas responsabilidades, pensa na formação continuada dos professores da PUCRS.

Em relação ao atendimento do corpo discente, observamos algumas características importantes que influenciam no processo de aprendizagem e as dificuldades encontradas no decorrer da formação profissional. Conseguimos visualizar três etapas importantes durante a formação.

A primeira relaciona-se ao início do curso, quando os alunos estão em processo de adaptação à Universidade. Muitos ingressam imediatamente após a finalização do Ensino Médio. São jovens, ainda adolescentes, com rotina e tempo na lógica da escola, diferentes daqueles exigidos pelo ambiente acadêmico. Algumas vezes os alunos apresentam dificuldades de organização com o estudo, com a demanda das leituras, com o tempo do semestre diferente do tempo do ano letivo escolar. Por outro lado, alguns alunos já estão na fase adulta, passaram algum tempo distante do ambiente escolar, já estão trabalhando, responsáveis por família, e, de alguma maneira, também apresentam dificuldades em organizarem-se como estudantes para esta nova etapa.

Outro aspecto encontrado: são os alunos que vêm do interior e que apresentam dificuldades na adaptação ao novo espaço de moradia e escolar. Alguns desses alunos ainda apresentam uma postura heterônoma, com dificuldades em assumir compromissos pessoais e profissionais, em contraponto com o professor que precisa trabalhar os conteúdos voltados para uma atitude pré-profissional adulta, não encontrando correspondência com a postura e o comportamento inicial do jovem nas suas primeiras vivências como graduando.

Outra questão observada é a dificuldade com o resgate de conhecimentos prévios para a compreensão dos conteúdos exigidos nas disciplinas. Além disso, observamos alunos que vêm de uma escola mecanicista que apresentam dificuldades para utilizar a criatividade, a estrutura cognitiva operatória formal e a autoria no processo de aprender.

Nas palavras de Saravali , 2005, p. 251,

Esses alunos podem não exercitar o raciocínio formal no sentido da reflexão abstrata que abre novas e cada vez maiores possibilidades de adaptação. Assumindo um caráter passivo, o aluno pode aprender e decorar, copiar, mas não a criar e transformar, o que contribui pouco para favorecer o seu crescimento e a sua formação.

Percebe-se que é necessário, no início de curso, o resgate de conhecimentos que devem ser previamente reorganizados, de forma significativa, para a compreensão da sua relação com os novos conhecimentos de preparação profissional.

A segunda etapa observada é relacionada à metade do Curso. Nessa fase, observamos que a maioria dos alunos já apresenta o entendimento do que significa a profissão escolhida, conseguem transpor o conhecimento técnico para a prática profissional com maior significado. É nesse período que os alunos iniciam as práticas e estágios obrigatórios e não obrigatórios. Por isso, da facilitação no processo de vinculação da teoria com a prática. Porém, observamos uma demanda de alunos que questionam a escolha profissional, apresentando dúvidas sobre a decisão tomada. É nesse momento que o aluno se depara com a realidade operacional da profissão escolhida, o que requer que ele encontre novas pautas adaptativas dessas com as suas habilidades e competências voltadas para o mundo do trabalho por ele escolhido. Ocorre, nesse momento, uma reorganização que integra o ideal com o real.

Outra dificuldade é o aumento da complexidade dos conteúdos, exigindo pensamento abstrato para a compreensão e aplicação de conceitos. Mais uma vez aparece aqui a necessidade do resgate de conhecimentos prévios e a estrutura cognitiva operatória formal para dar conta da exigência do processo de formação. Em relação a isso, Saravali (2005) comenta sobre a importância de termos, na Universidade, a possibilidade de trabalhar com estas dificuldades apresentadas por

alunos em formação Universitária. Em suas palavras, afirma que

É evidente que os grandes problemas, nesses casos, necessitariam ter sido remediados no início da escolarização, lá na educação infantil e no ensino fundamental, mas, se não foram, qual a ação possível da/na Universidade? Infelizmente, é preciso admitir, esses alunos necessitam percorrer caminhos não percorridos e vivenciar processos típicos de anos anteriores de escolarização. (2005, p. 249)

Para que se produza o realinhamento do conhecimento é importante a atitude prospectiva associada à necessidade retroativa, visando ao reprocessamento da informação voltando-se agora para um elemento formativo, propriamente dito. Isso não é possível de ser atingindo exclusivamente pelo aluno, sem auxílio; portanto, faz-se necessário não só a intervenção do educador, como outros recursos que permitam avançar nesse processo integrativo.

E a terceira etapa relaciona-se ao final do Curso, quando os alunos vivenciam a construção do trabalho de conclusão do curso (TCC). Essa produção exige que os estudantes já tenham construído a autonomia moral e intelectual, no sentido do aluno colocar-se como autor, produtor de conhecimento. Essa construção também representa o momento de passagem, da etapa de estudante para profissional, e, com isso, aparecem exigências sociais e familiares que podem inibir o processo, causando sintoma na aprendizagem e, conseqüentemente, impossibilidade de finalização do Curso. Nesse momento é necessário trabalhar com mudanças que envolvem a própria identidade e sua perspectiva.

Estratégias de Intervenção

Uma das principais estratégias de intervenção utilizada pelos profissionais que atuam no CAP é a entrevista dialogada. LEWGOY e SILVEIRA, no estudo publicado em 2007, sinalizam que as “técnicas figuram como facilitadoras no desenvolvimento da atividade produtiva/criativa”. As autoras apresentam oito técnicas que contribuem no desenvolvimento da entrevista dialogada: o acolhimento, o questionamento, a reflexão, a clarificação, aprofundamento, silêncio sensível, apropriação de conhecimento e síntese integradora. No estudo publicado, as autoras conceituam o desenvolvimento destas técnicas a partir da sua operacionalização:

Acolhimento: Na primeira entrevista, o entrevistador apresenta-se com clareza, solicitando que o usuário também o faça. Também é o momento em que ambos devem dizer por que estão ali. O entrevistado diz por que veio e o(a) assistente social (?) explicita qual o seu objetivo.

Questionamento: Exige também a habilidade de perguntar e responder e, para isso, é possível aprender a técnica do questionamento.

Reflexão: A reflexão é empregada com vistas a provocar o aprofundamento do tema em questão, com o propósito de impulsionar mudanças. Sendo assim, é possível dizer que a prática reflexiva terá como finalidade romper com o que até então estava instituído.

Clarificação: A clarificação é a busca de substantivos e verbos para objetivar os adjetivos e, geralmente, é feita pela utilização de alguma das outras técnicas (questionamento, “um de grau abaixo”). Seu propósito é auxiliar a pessoa a compreender o que é dito na entrevista.

Exploração ou aprofundamento: A exploração é uma técnica pela qual o assistente social procura investigar áreas da vida do usuário que requerem exame mais profundo. Incluem-se nesta gama perguntas de foro íntimo, as que não estão relacionadas aos objetivos ou ao alcance da intervenção do assistente social.(?)

Silêncio sensível: O silêncio é uma expressão não verbal que muitas vezes comunica bem mais que as palavras. O silêncio assusta e inquieta o entrevistador iniciante.

Apropriação de conhecimento: Essa técnica pretende ir além da informação. O conhecimento aportado pelo profissional oferece a possibilidade, ao usuário, de ser usado como instrumento de investigação, indagação e reflexão, buscando a reestruturação cognitiva a respeito do fenômeno, repercutindo, de forma abrangente, na vida daquele indivíduo e na sua rede de relações sociais.

Síntese integradora: O encerramento da entrevista é introduzido pela elaboração da síntese integradora daquele momento e não pode ser confundida com

resumo.

O atendimento é realizado pelos componentes da equipe, com hora agendada e gratuita e também através de um plantão emergencial em que os professores que compõem a equipe do CAP disponibilizam-se para receber os alunos, que em casos emergenciais não estão agendados. A intervenção é construída a partir da demanda de cada caso, podendo ser prestada por um ou mais profissionais simultaneamente.

Através da nossa experiência, observamos que a demanda do corpo discente relaciona-se ao atendimento e acompanhamento de necessidades educacionais especiais (deficiência intelectual, sensorial e física, altas habilidades e transtornos globais do desenvolvimento), problemas e transtornos de aprendizagem, dificuldades emocionais (ansiedade, depressão, fobias), sociais, econômicas, familiares, entre outras.

Dessa forma, realizamos atendimento aos alunos, famílias, professores, equipe diretiva, especialistas que realizam atendimento aos alunos, entre outros. Quando necessário, encaminha-se o aluno, para recursos internos ou externos da Universidade.

Em relação aos recursos internos, a Universidade dispõe dos seguintes serviços de atendimento aos alunos:

- **AMPA** (Ambulatório de Psicoterapia Analítica – FAMED);
- **SAPP** (Serviço de Atendimento e Pesquisa em Psicologia – FAPIS);
- **NAEP** (Núcleo de Atendimento e Estudos Psicopedagógicos – FACED);
- **LOGOS (Lapren** – Laboratório de Aprendizagem – PROGRAD e **Lepnee** – Laboratório de Ensino a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - FACED).

Assim, ao atendermos um aluno que necessita de apoio especializado, encaminhamos para um desses serviços da Universidade, realizando o acompanhamento e a mediação junto ao serviço e à Unidade, no sentido de pensar sobre adaptações metodológicas e de avaliação, assessoria a professores e equipe diretiva.

Ainda com os alunos, o CAP promove, semanalmente, um grupo chamado “Grupo de Convívio Psicossocial” com os seguintes objetivos:

- auxiliar o estudante a conviver com sua nova realidade universitária;
- propiciar a compreensão do ingresso na Universidade como uma etapa que já vem sendo construída ao longo da sua vida;
- auxiliar o estudante a assumir a nova etapa do desenvolvimento – passagem da adolescência para a vida adulta, entendendo a formação acadêmica como uma

etapa do mundo do trabalho.

Essa proposta vem ao encontro da demanda da Universidade em relação aos alunos que iniciam o Curso e que estão em processo de adaptação à condição de universitários.

O CAP também tem por objetivo atender e acompanhar professores e equipes diretivas nas possíveis dificuldades que estejam influenciando na constituição da docência. Como com os alunos, a mediação junto aos professores é tratada de forma singular, pensando em alternativas em conjunto, como integrantes de uma grande equipe de trabalho. Prestamos assessoria a Unidades, atendemos individualmente professores, participamos da capacitação dos novos docentes, que é promovida pela Pró-Reitoria de Graduação da Universidade, assim como, através da escuta criteriosa dos relatos de professores e alunos, levantamos temas pertinentes para serem trabalhados em capacitação docente para todos os professores da Universidade. Todas essas ações buscam a qualificação do processo de aprender e ensinar e das relações que são estabelecidas entre os aprendentes e ensinantes da nossa comunidade acadêmica, ratificando a concepção de que a intervenção institucional não pode perder de vista seu caráter preventivo.

Butelman (1998) ratifica essa ideia, comentando sobre a função de um serviço psicopedagógico institucional no espaço acadêmico que busca tanto o conhecimento técnico como a formação integral dos sujeitos. Em suas palavras,

...O trabalho de um gabinete psicopedagógico numa escola implica poder compreender o processo em que se dá a aprendizagem dos alunos no âmbito escolar, incluindo a ideologia da comunidade educativa, a singularidade da estrutura escolar e a de seus objetivos particulares, dado que o propósito central da escola não é somente distribuir conhecimentos, mas contribuir para a formação integral do indivíduo". (1998, p. 138)

Esse processo tem como um dos seus objetivos a busca pela coerência entre o papel da Universidade e as propostas formativas mais amplas que não se restringem exclusivamente à formação técnica, voltando-se para a real construção de uma identidade integral.

Considerações Finais

Uma das principais questões relacionadas ao aprender e ao ensinar é a atenção voltada para os desafios que exigem dos contextos educativos compreensões e concepções que não são lineares e homogeneizantes. Elas também não se restringem a um padrão de aluno idealizado e a um docente, que, como outrora, atingia um funcionamento de completude. Ao contrário, é preciso cada vez mais lidar com a desestruturação e reestruturação das mudanças rápidas que envolvem tanto o ser em formação quanto o ser voltado para a sua preparação. Ambos os elementos envolvidos nesse contexto, necessitam enfrentar limites e buscar constantemente aprendizagem entre os pares e não mais uma aprendizagem hierarquizada, uma vez que quem ensina por mais que tenha conquistado um saber, depara-se constantemente com novas exigências tecnológicas e humanas, tendo que lidar com o sentimento de incompletude e incerteza, próprio de quem ensina e aprende enquanto o faz.

Referências

BARBOSA, L. M. S. A Psicopedagogia no âmbito da Instituição Escolar. Curitiba: Exponente, 2001.

BULTEMAN, I. (org.) Pensando as Instituições. Porto Alegre: ARTMED, 2008.

SARAVALI, E. G. A psicopedagogia na educação superior: contribuições da teoria piagetiana. Psicopedagogia. Revista da Associação Brasileira de Psicopedagogia. São Paulo, número 69, 243-253, 2005.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista e SILVEIRA, Esalva Carvalho A entrevista nos processos de trabalho do assistente social. Revista Virtual Textos & Contextos. Nº 8, ano VI, dez. 2007. www.pucrs.br/fss

SERVIÇO SOCIAL ESCOLAR: UM OLHAR A PARTIR DA NOVA LEI DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E SUAS IMPLICAÇÕES AO ESTUDANTE BOLSISTA

Glauca Martins Schneider¹²

Maria do Carmo Arismendi Hernandorena¹³

Resumo

Este artigo visa suscitar a reflexão acerca do trabalho realizado pelo Serviço Social Escolar no que se refere ao atendimento dos estudantes bolsistas junto a uma Rede Marista de Colégios e Unidades Sociais do Estado do Rio Grande do Sul. Como também dissertar sobre a criação de um plano de ação que se tornou um guia para todos os Colégios dessa Rede no que tange ao atendimento ao estudante. Tal iniciativa se deu a partir da edição da Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009 e do Decreto 7.237, de 20 de julho de 2010 que trata da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Palavras-chave: Educação Básica, Serviço Social, Rede Socioassistencial, Rede Marista de Colégios e Unidades Sociais, Plano de Atendimento ao Estudante Bolsista.

¹² Assistente Social formada pela PUCRS, Coordenadora de projetos sociais e responsáveis pelas Concessões e Renovações das Bolsas de Estudos da Rede Marista de Educação e Solidariedade.

¹³ Assistente Social, Especialista em Serviço Social da Família pela ULBRA/Canoas e Especialista em Serviço Social e Políticas Sociais pela UNB, Especialização em Serviço Social e Saúde do Trabalhador na PUCRS, atuando na Sociedade Meridional de Educação.

Introdução

Nosso trabalho vem sendo desenvolvido através de uma proposta social e educativa, que propõe uma articulação em rede, contemplando família/escola/comunidade/rede socioassistencial, embasados na premissa de um trabalho multidisciplinar entre os diversos setores da Escola, como: direção, orientação escolar, a coordenação pedagógica, os professores, assistentes sociais, financeiro e a secretaria, articulando serviços e ações junto à rede socioassistencial e conselhos de direitos de cada município.

A execução deste trabalho tem como ponto de partida a criação das Comissões de Avaliação e Concessão das Bolsas de Estudos¹⁴ em cada um dos Colégios, dessa rede. A partir daí seus integrantes, passam a atuar de forma integrada para suas deliberações, tendo como norteador as orientações desse plano de ação, denominado Plano de Atendimento ao Aluno Bolsista com a assessoria das Gerências Social¹⁵ e Educacional.

As Comissões de Avaliação passam a ter papel fundamental diante da nova organização das atividades sociais da Instituição, pois, como espaço deliberativo, definem não apenas a quem será concedida a bolsa de estudo, mas também discutem quanto às necessidades sociais apresentadas pelos estudantes a partir de sua condição financeira. A verificação da necessidade de pensar estratégias de ações, sociais e educativas, também são pontos relevantes para discussões da Comissão de Avaliação. Pelo perfil do estudante e de sua família um profissional do Colégio deverá planejar, elaborar e executar os projetos ou programas específicos.

O entendimento da Gerencia Social é de que determinadas situações – que são expressões da questão social na vida dos estudantes e sua família – podem gerar dificuldades de aprendizagem que exigirão a criação de programas de assistência social, para atuar nas condições que afetam o processo de aprendizagem dos estudantes. Por essa razão o Plano de Atendimento ao Aluno Bolsista tem o objetivo de “oferecer condições necessárias ao estudante bolsista da educação básica, para que se sinta integrado no ambiente escolar de forma a desenvolver as habilidades e competências necessárias para o seu desenvolvimento integral”.

14 Comissão de Avaliação e Concessão das Bolsas de Estudos: A Direção da Instituição Educacional deverá constituir, anualmente, até o mês de setembro, a comissão que fará a avaliação dos pedidos de renovação e concessão de bolsas de estudo para o próximo ano letivo. Essa comissão deverá ser composta pelos seguintes membros:

- O(A) Diretor(a) ou Vice-Diretor(a) da Instituição de Ensino – coordenador(a) da comissão;
- Um representante dos Professores ou dos Auxiliares de Administração Escolar;
- Um representante dos pais (preferencialmente da APM);
- O(A) encarregado(a) da tesouraria da instituição;
- O(A) secretário(a) escolar – secretário(a) da comissão

15 Gerencia Social: Setor responsável pela gestão, assessoria e desenvolvimento de projetos, programas e serviços de Assistência Social.

Diante dessa realidade, os profissionais do Colégio, ao passo que se propõem a experimentar a vivência de um novo campo de saber (relações sociais) e de intervir em face das diferentes realidades sociais (precarizações sociais), são obrigados a ampliar o foco de visão e, conseqüentemente, a ter um olhar “mais” sensível à questão social presente na sociedade contemporânea brasileira. Assim desenvolvem a habilidade de perceber as relações presentes no cotidiano escolar.

Quando os fenômenos e problemas sociais ultrapassam os limites dos muros escolares seja pela violência e incivildades diante das regras de sociabilidade entre colegas, uso de drogas, do desrespeito aos profissionais, pela falta de atenção e desinteresse nos estudos, repetência e evasão – é que percebemos o grau de vitimização que crianças e adolescentes vivem na atualidade. Por isso o aperfeiçoamento dos profissionais se torna uma exigência não apenas no tocante às novas técnicas e metodologias de ensino, mas também para temas de relevância social. O profissional depara-se com a urgência de se aperfeiçoar teórica e interventivamente junto às questões que extrapolam o aparente, mantido no anonimato das relações e afetos das pessoas e famílias.

Destarte, nossa proposta de trabalho, ao permear o universo da educação, tem no seu horizonte a inclusão dos estudantes e a intervenção profissional diante das suas relações sociais, sejam elas: familiares, de amizade e grupos de pertencimento. Nesse sentido o suporte técnico do Serviço Social para compreensão das novas demandas se faz fundamental.

E é nesse quesito que o trabalho torna-se desafiador, seja pela sua proposta integradora, seja pela discussão que pretende promover no ambiente escolar, trazendo à tona aspectos importantes da ação profissional que se faz de forma multiprofissional, com foco na complementaridade entre as diferentes áreas de saber e a partir de referenciais teóricos que deem conta dessas relações.

Diante desse novo contexto institucional, o Serviço Social passa a atuar na perspectiva do assessoramento e capacitações às Comissões de Avaliação e Concessão das Bolsas de Estudos e demais profissionais do Colégio.

Nesta proposta o profissional é visto como um agente propositivo, que traz a luz de seus referenciais teóricos, a elevação dos problemas sociais presentes no âmbito escolar antes pouco aprofundados, e/ou enfrentados de forma deficitária.

Para dar início às reflexões que se propõe este artigo, faz-se necessário trazer à tona os aspectos legais que permeiam a área da Educação, Assistência Social e a Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS, dispostosna Lei nº 12.101 de 2009.

Aspectos legais e o novo marco regulatório das Entidades Benéficas de Assistência Social

Antes de dissertar acerca do conteúdo específico deste artigo, Serviço Social Escolar: um olhar a partir da nova lei da Assistência Social e suas implicações para o trabalho do Assistente Social e ao estudante bolsista, é fundamental uma breve revisão histórica, visitando o processo de conquista, garantia e defesa de direitos pela qual passou nossa sociedade.

A Constituição Federal de 1988 foi resultado da intensa participação popular. Porém as conquistas alcançadas, por meio de mobilizações da sociedade, não representam apenas os anseios de sujeitos e segmentos mais oprimidos, que vislumbravam um cotidiano brasileiro menos desigual, mas também e principalmente a universalização dos direitos, ou seja, a garantia do direito a ter direitos.

Fruto de um processo histórico permeado por participações e reivindicações populares, em busca de uma sociedade mais justa, a Constituição Federal de 1988, traz em seu texto, direitos fundamentais que abrangem as seguintes categorias: direitos individuais, políticos e sociais transcrevendo a intencionalidade de uma constituição que pretende ser pluralista, democrática e garantidora de direitos.

Dentre esses direitos fundamentais, o social é aquele que depende de certos determinantes (fatores econômicos) para a sua efetivação, visto que os direitos individuais e políticos estabelecem claramente os limites do Estado. Esses, segundo Gonçalves (2005: 163), tomam como paradigma primeiramente o próprio homem e não os poderes públicos. Já no que se refere aos direitos sociais, sua efetivação está vinculada a uma ação interventiva direta do Estado, sendo seu dever provê-los a toda a população. O que ocorre é que determinadas questões de ordem econômica sobrepõem-se à efetivação e garantia dos direitos através das políticas sociais. Diante disso Gonçalves faz a seguinte afirmação;

“[...] as normas que asseguram direitos, como saúde, educação, assistência social, moradia, trabalho, suscitam para a efetivação certos questionamentos como: condições econômico-financeiras do Estado e competências dos órgãos do Judiciário para intervirem no campo das políticas públicas. Assim, como os efeitos dos direitos sociais são alcançados através de políticas públicas e essas implicam um campo de escolhas relativamente amplo, conduzido prioritariamente pelo Executivo, a eficácia jurídica desse direito vê-se fragilizado.” (Gonçalves. 2005:165)

Desde a promulgação do texto constitucional, o cenário político, econômico e social do Brasil torna-se campo de contradições e disputas, travadas nos campos econômico e social. Fortemente influenciado por organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), os governos que sucederam à Constituição de 1988 mostraram-se contrários as suas garantias, centrando seus projetos políticos na estabilidade econômica e no desejo de reformar a Constituição de 1988, considerada um peso para a nação e um entrave ao projeto de crescimento, colocando em cheque os princípios e direitos garantidos na legislação máxima, conforme Couto (2004:151).

Para a autora supracitada, nenhum texto constitucional desde a primeira constituição republicana havia sido construído com tanto espaço para o contraditório, donde duas forças centrais, uma de esquerda, favorável às reformas sociais, e outra de vertente conservadora travaram embates importantes para o processo constitucional abrindo espaço inclusive para outros canais de participação.

O resultado desse processo foi o texto aprovado e que deu consistência ao que se convencionou chamar de Constituição Cidadã (Couto 2004:156)

Segundo ela, o resultado deixou claro, além do reconhecimento das desigualdades sociais pelos constituintes, a imposição da solução dessas questões, a responsabilidade pública. A sociedade civil organizada entra no cenário de maneira complementar para a consolidação das políticas sociais.

Ao passo que transcorriam os debates e embates políticos para construção desse documento, a vida em sociedade e os problemas sociais seguiam seu fluxo. Contingentes populacionais seguiam carecendo de assistência. Homens, mulheres, crianças e jovens sofriam as consequências de uma precarização social cada vez mais crescente, situações de exclusão, exploração, maus tratos, entre outros, gritavam pela atenção, proteção social efetiva do Estado.

A sociedade é dinâmica e não espera por decisões para seguir seu fluxo. Diante dessa realidade, a Sociedade Civil assume, no processo histórico o papel de suprir a falta do poder público.

Na história mundial, e não diferente do que ocorreu na sociedade brasileira, a atenção assistencial oferecida à população empobrecida contou com a presença significativa de Entidades Religiosas, mesmo de forma benemerente.

A Assistência Social, em particular, a partir da Constituição de 1988, passa a ser reconhecida como um direito de cidadania, fazendo parte do tripé da Segurida-

de Social junto com a Saúde e Previdência Social. Porém, a inclusão da Assistência na Carta Magna não traz elementos para sua organização, necessitando assim da criação de outros instrumentos jurídicos para que a sua abrangência, competência, fonte de recursos fosse mais bem definida. Dessa forma, após vários projetos de lei, surge a LOAS, que tem entre suas funções a organização dos serviços da Assistência Social.

Foi a partir de 1993, com a promulgação da Lei nº8.742 (Lei Orgânica da Assistência Social), que as Entidades começam a se reorganizar, no que se refere ao modo de pensar e atender a população vulnerável. As entidades que desejassem atuar na área da Assistência Social, primeiro teriam que se habilitar. Passou-se a exigir inscrição junto aos Conselhos de Assistência Social, onde seus serviços e recursos aplicados passam pelo ordenamento, fiscalização e controle dos órgãos do Governo, em suas três instâncias, municipal, estadual e federal.

Nesse viés, tanto o Estado como as entidades, passaram por uma reordenação e necessidade de rever sua compreensão e a forma com que tradicionalmente vêm tratando a questão da proteção social. A dimensão da benemerência, do favor e do clientelismo precisa ser substituída para que seja compreendida e afeiçoada como direito. Seguindo as novas regras e diretrizes legais, as entidades vêm atuando na assistência aos mais vulneráveis nas áreas da Assistência Social, Saúde e Educação.

Após uma década de caminhada na consolidação da Política de Assistência Social e de árduas discussões travadas nas Conferências Municipais, Estaduais e Federais, é aprovada, em 2005, a Política Nacional de Assistência Social, e, através da Política Nacional de Assistência Social, que organiza o SUAS e estabelece as funções da política, sua base de organização, oferta de serviços (territorialização), controle social e a parcela da população a quem ela se destina.

A LOAS, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) a NOB/SUAS-RH, as Resoluções do CNAS 16/10, 109/09, 27/11, 33/11 e 34/11, como a Lei 12.101/09 e a Lei 12.435/11 que altera a LOAS - para o Estado e para as Entidades de Educação, Saúde e Assistência Social - são dispositivos reguladores para o planejamento, implantação e execução, monitoramento e avaliação dos serviços e aplicação dos recursos

O avanço da legislação traz alterações significativas para as Entidades Beneficentes de Assistência Social. Assim para o cumprimento da nova legislação para a obtenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, estas deverão observar, na área prioritária de sua atuação, seus determinados regramentos. Aqui, especificamente na área da educação, compete à entidade responder ao in-

ciso 1º do artigo 13 onde a entidade deverá comprovar:

Para os fins da concessão da certificação de que trata esta Lei, a entidade de educação deverá aplicar anualmente em gratuidade pelo menos 20% (vinte por cento) da receita anual efetivamente recebida,

I - demonstrar adequação às diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação - PNE, na forma do art. 214 da Constituição Federal;

II - atender a padrões mínimos de qualidade, aferidos pelos processos de avaliação conduzidos pelo Ministério da Educação;

III - oferecer bolsas de estudo nas seguintes proporções:

a) no mínimo, uma bolsa de estudo integral para cada 09 (nove) alunos pagantes da educação básica;

b) bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento), quando necessário para o alcance do número mínimo exigido.

Para além da aplicação dos recursos em gratuidades escolares (bolsas de estudos), mediante análise do perfil socioeconômico, a legislação toma o cuidado de assegurar não apenas o acesso, mas também manutenção e continuidade do benefício ao garantir ao estudante, por meio de programas de apoio, como transporte, uniforme, material didático, até o montante de 25% (vinte e cinco por cento) da gratuidade prevista no caput.

Diante dessa prerrogativa, o processo de trabalho dos assistentes sociais é forjado tanto no aspecto da gestão como no planejamento e execução de um trabalho social, dentro das dimensões sociais articulado em rede de apoio junto com as políticas públicas existentes em especial a rede socioassistências, utilizando-se das equipes e serviços dos CRAS¹⁶ e CREAS¹⁷, os conselhos tutelares, tanto para o acompanhamento de situações específicas como na articulação política garantidora de direitos. O profissional vê-se imbuído do compromisso ético profissional de não apenas garantir acesso à educação, mas no acompanhamento desse estudante, com vistas a sua permanência e sucesso escolar, que sem uma rede social de apoio forte e capaz de promover a proteção social de que necessita terá dificulda-

16 CRAS: Centro de Referência de Assistência Social

17 CREAS: Centro de Referência Especializado de Assistência Social

des para seu desenvolvimento pleno e saudável.

Acredita-se que, de todos os direitos sociais, nenhum mereceu tanto cuidado, clareza e contundência como a regulamentação do Direito à Educação.

De acordo com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNE-DH (2007:25), a educação em direitos humanos é compreendida como um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos, articulando as seguintes dimensões:

- a) apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;
- b) afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;
- c) formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, ético e político;
- d) desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados;
- e) fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações.

Assim, a nova lei que rege a Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social amplia o acesso a bens e serviços da população, como no caso da educação, minimizando as diferenças promovidas pelo poder aquisitivo do trabalhador e sua família. Porém outras tantas ainda precisam ser enfrentadas dentro do ambiente escolar para atender à efetividade do processo sistemático e multidimensional a que se destina a educação.

O papel do profissional de serviço social na gestão da educação

O Serviço Social está instituído na Rede Marista de Colégios e Unidades Sociais desde 1998, inicialmente com a responsabilidade de organizar os serviços, programas e projetos de Assistência Social, desenvolvidos nos Centros Sociais.

Aos poucos adquiriu uma incidência junto aos Colégios, porém de forma muito pontual, acompanhando a aplicação dos recursos da Assistência Social no campo da Educação através das bolsas de estudos.

O profissional, inicialmente, tem a função de realizar a análise da situação

socioeconômica das famílias contempladas com o benefício de bolsa de estudos. Nesse momento o trabalho é desenvolvido junto à área financeira dos colégios, prestando orientações quanto à necessidade de melhoria nos processos de seleção, em especial para a questão documental, e o regime da bolsa de estudos.

Porém é importante ressaltar que o Serviço Social enquanto categoria profissional não tem em seu profissional um mero executor. Assume além de suas particularidades interventivas, a competência de planejar, implantar, propor e avaliar tanto os cenários, como as políticas e programas sociais, competências que se constituem como Direito e Responsabilidades, conforme prevê o Código de Ética Profissional.

Segundo o parecer jurídico 24/00 de 22 de outubro de 2000, do CFESS, o assistente social está sendo solicitado a colaborar de forma consciente e efetiva com o processo de planejamento, de elaboração e de implementação da política educacional, das seguintes formas:

- *no enfrentamento dos fatores sociais, culturais e econômicos que interferem no processo educacional;*
- *na cooperação da efetivação da educação como direito e como elemento importante da cidadania,*
- *na elaboração e execução de programas de orientação sociofamiliar, visando prevenir a evasão, a qualidade do desenvolvimento do aluno;*
- *na realização da pesquisa socioeconômica e familiar para a caracterização da população escolar;*
- *na participação das equipes interdisciplinares (e/ou multidisciplinares), através da elaboração de programas que objetivem orientar, prevenir e intervir nas realidades: da violência, do uso de drogas, do alcoolismo, de doenças infectocontagiosas e demais questões de saúde pública;*
- *na realização dos instrumentos técnicos operativos, como: visitas domiciliares, estudos e pareceres sociais, plantões sociais, atendimentos diversos para a intervenção na realidade educacional;*
- *na busca da integração das políticas sociais, como a saúde, educação assistência social, a atenção às crianças, ao adolescente, à terceira idade e outras, com vistas ao encaminhamento e atendimento das necessidades da família, escola e comunidade;*

- *na possibilidade de uma formação e qualificação permanente junto aos profissionais da educação, visando ampliar as práticas pedagógicas no atendimento às demandas do cenário nacional e globalizado;*
- *na produção de estudos acadêmicos, materializando os conhecimentos teóricos e metodológicos das experiências e das reflexões do Serviço Social e da Educação;*
- *na prestação de serviço às equipes profissionais na área da educação;*
- *na supervisão e na coordenação de grupos de estágio em Serviço Social na área da educação;*
- *na inserção do profissional nos espaços de educação formal (escola) e não formal (projetos socioeducativos).*

Sendo assim, são inúmeras as possibilidades de intervenção do Assistente Social e não se esgotam aqui, cabendo ao profissional traçar objetivos claros e precisos para sua ação, tendo como parâmetro no contexto escolar a interdisciplinaridade, sendo esta construída por meio do conhecimento de cada ciência, não havendo sobreposição de nenhuma delas, mas respeitando a integralidade de seus métodos e de seus conceitos, colaborando com a construção do novo saber no que diz respeito à superação das desigualdades sociais. O Serviço Social em seu compromisso de efetivar direitos sociais deve trabalhar na atuação direta das unidades educacionais e/ou no assessoramento e gerenciamento da política institucional de bolsas de estudo.

Por consequência o profissional passa a atuar diretamente com o estudo, pesquisa e sistematização dos processos de trabalhos junto à rede de colégios, propondo alternativas de inclusão social dos estudantes e capacitação das equipes de trabalho.

O trabalho de assessoria do profissional de Serviço Social se amplia diante da demanda posta junto aos colégios, e às famílias dos estudantes. Surge a oportunidade de contribuir com o aprofundamento do conhecimento dos profissionais dos Colégios acerca do sistema de garantia de direitos sociais da Assistência Social na área da Educação e dos instrumentos legais que efetivam o acesso da população às políticas públicas.

Em 2007 é realizada a primeira capacitação. O público formado por 21 professores recebe a primeira formação cujo tema principal era a política de Assistência Social, o PROUNI (modelo utilizado para a adequação dos critérios seleção e

regimes das bolsas de estudos para o ensino básico) e orientações da Mantenedora para a análise documental dos candidatos.

Logo em seguida surge a necessidade de sistematização do trabalho realizado pelos Colégios. A criação de uma Comissão de Avaliação para as Bolsas de Estudos em cada um dos Colégios foi o primeiro passo. O objetivo do trabalho da Comissão seria o de deliberar, de forma colegiada, para a renovação e/ou concessão das bolsas de estudos, ampliando as discussões sobre a temática que envolve a inclusão social de estudantes.

Com o advento das novas regras para as entidades beneficentes de Assistência Social com preponderância na Educação, o trabalho social da entidade é (re) direcionado. Até o momento os serviços socioassistências vinham sendo desenvolvidos integralmente em Centros Sociais, a partir de agora passam a necessitar de um novo olhar dos gestores com vistas a buscar alternativas de sustentabilidade.

Com o objetivo de aprofundar o conhecimento acerca da nova legislação é criado um grupo de trabalho, denominado GT Filantropia, com a finalidade de realizar um estudo dessa transição nos termos técnico, financeiro, contábil e socioassistencial. Deste grupo de estudos nasce o Plano de Atendimento ao Aluno Bolsista referendado pela legislação em seu artigo 13º § 3º citando as ações assistenciais e suas formas de aplicação:

Complementarmente, para o cumprimento das proporções previstas, no inciso III § 1º, a entidade poderá contabilizar o montante destinado a ações assistenciais, bem como o ensino gratuito da educação básica em unidades específicas, programas de apoio a alunos bolsistas, tais com transporte, uniforme, material didático, além de outros, definidos em regulamentos, até o montante de 25% da gratuidade prevista

Após a construção do Plano de Atendimento ao Aluno bolsista, o Serviço Social responsável pela Gestão das Bolsas de Estudos por meio das Gerências Social e Educacional, inicia um trabalho de publicização e sensibilização acerca de seu conteúdo, aplicabilidade e importância da sistematização de trabalho para que aconteça de forma multiprofissional.

No ano de 2011, 173 profissionais entre Diretores, Vice-Diretores, pedagogos, assistentes sociais, coordenadores de turno, entre outros, foram capacitados. Essas capacitações aconteceram através de 05 encontros diferentes, sendo duas

reuniões de Diretores, um Encontro de Coordenações, uma Capacitação no Processo de Inscrições e Matrículas, e uma capacitação de implantação do Plano de Atendimento ao Aluno Bolsista, realizados em quatro Colégios, além das assessorias e acompanhamento dos processos de trabalho.

A meta para os próximos anos é a inclusão do Serviço Social nos Colégios e Escolas Sociais, o que já vem acontecendo gradativamente. Atualmente contamos com 05 profissionais atuando na Educação Infantil, Educação Básica e Educação de Jovens e Adultos.

Com o advento da lei 12.101/09, a função do profissional de Serviço Social, que exercia um papel preponderante no que diz respeito à Concessão e Renovação das Bolsas de Estudo, se amplia, com o objetivo de garantir a aplicabilidade do Plano de Atendimento ao aluno bolsista, ampliando os serviços sociais no interior do ambiente escolar, não restrito ao estudante bolsista e sua família, mas a toda a comunidade escolar sempre articulado com as políticas públicas e em especial com a rede socioassistencial. .

Dessa forma, é importante considerar a função educativa do assistente social que se dá através dos vínculos estabelecidos pela profissão e se materializa no processo de trabalho, bem como no processo éticopolítico da profissão.

A inserção do Serviço Social e as demandas postas ao profissional no cenário Escolar

A escola é um microscópio da sociedade mais ampla. Em seu ambiente vê-se refletidas as mais variadas formas de expressão da questão social, vivenciada pelos estudantes e sua família em suas diferentes relações sociais: trabalho familiar, amizades, lazer e acesso a determinados bens e serviços, saúde, educação, previdência social.

Analisando a trajetória histórica da escola, o cenário social em que está inserida e o papel que tem desempenhado na sociedade, é importante reconhecer que seu corpo funcional já está sedimentado e bem constituído, e seus profissionais têm dado conta da grande maioria das demandas trazidas pelos estudantes e suas famílias. Mas, em contrapartida, há de reconhecer também que as novas e crescentes demandas sociais exigem dos profissionais respostas mais concretas.

O Serviço Social, além da habilidade de perceber os reflexos da questão social na vida dos sujeitos, ao se inserir nesse espaço deve estar atento às “demandas” postas no ambiente escolar e seus desdobramentos nas relações existentes entre

professor/escola, estudante/comunidade. E são nessas relações sociais que o assistente social pode contribuir para o trabalho do professor em sala de aula, já que a sala de aula espelha muitos fenômenos sociais tornando-se por vezes um problema a ser enfrentado pelo professor.

Os problemas mais presentes no cenário das escolas na atualidade são: relações sociais e familiares fragilizadas pela violência, questões étnicas, uso e abuso de álcool, de drogas, precarização das relações de trabalho, pela questão econômica e desemprego. Essa gama de demandas emergentes no cenário da escola torna possível afirmar que este é um espaço dinâmico e fértil ao trabalho do Assistente Social. Pois é diante das demandas que são produzidas e reproduzidas socialmente, que o trabalho do Serviço Social se torna estratégico no ambiente escolar.

O assistente social no espaço escolar tem entre suas atribuições a de atuar em parceria com a coordenação e orientação pedagógica frente aos anseios e limites da ação dos educadores, para que estes se ocupem com a sua função primordial que é educar. O assistente social deve mediar essas relações complexas desmitificando suas causas, produzindo conhecimento técnico, construindo um novo saber e um novo fazer, frente a essas questões. Por meio de um apoio psicossocial ao educador e demais profissionais da escola, o assistente social promove uma interação dinâmica capaz de gerar uma maior e melhor compreensão das necessidades e singularidades dos estudantes, famílias e contextos sociais mais amplos.

Não é uma tarefa fácil, mas ao intervir neste cenário o profissional tem um papel fundamental no processo de integração estudante/escola/comunidade/redes socioassistenciais. O assistente social trabalha tanto no atendimento de questões subjetivas (estudante) e de sua família, como da rede social em que está inserido, da qual a comunidade escolar faz parte, mas que muitas vezes necessita de um mediador para a promoção de sua integração e funcionalidade.

Atuando no atendimento às famílias, realizando reuniões com os pais e responsáveis, à medida que se aproxima da realidade social dos estudantes e sua família, desenvolve um trabalho multiprofissional com os demais profissionais da escola. Atende e orienta diante das dificuldades de acesso, de material didático, de alimentação, evasão escolar, articulação com a rede de serviços socioassistenciais; das questões familiares podemos citar: as incertezas econômicas, as fragilizações familiares (afetos, estresses cotidianos), crise de valores, dificuldades socioeconômicas; das relações com a Comunidade podemos citar: questões estruturais do bairro, de acesso aos serviços da rede pública, no fomento à participação nos diversos espaços (orçamento participativo) e movimentos sociais, entre outros.

Na mesma perspectiva, a educação contemporânea reconhece a interferên-

cia da questão social no processo educativo. E a questão curricular, adquire componentes transversais importantíssimos que dimensionam o processo educativo para além da sala de aula. Através de temas, como cidadania e construção de projetos de vida dos estudantes, contribuem para sua maior e melhor qualidade de vida. Assim, temas, como promoção da saúde, respeito à diversidade étnica, religiosa, e de gênero, gestão democrática, educação inclusiva, ações afirmativas, entre outras, adquirem força através de uma ação multidisciplinar.

O fazer profissional do Serviço Social exige um conhecimento amplo sobre a realidade em que está inserido, bem como condições de criar meios para transformar a realidade vivenciada. Sendo assim, o Assistente Social deve trabalhar na mediação dos conflitos existentes.

Segundo Martinelli (1993:136), mediações são categorias instrumentais pelas quais se processa a operacionalização da ação profissional. Expressam-se pelo conjunto de instrumentos, recursos, técnicas e estratégias pelas quais a ação profissional ganha operacionalidade e concretude. São instâncias de passagem da teoria para a prática, são vias de penetração nas tramas constitutivas do real.

É através da mediação que o profissional deverá traçar o planejamento e direcionamento à sua prática de forma ética, possibilitando uma ação transformadora, trabalhando sempre pela inclusão social e garantindo os direitos socioassistenciais dos estudantes.

Os reflexos da questão social, presentes no universo escolar, se inserem e são problematizados a partir da integração entre o saber educativo (pedagógico) e o saber social (relações sociais) que trata o ser a partir de suas formas de interagir com o mundo.

Conclusões

Refletir sobre a política de educação à luz da práxis social torna-se uma tarefa desafiadora, tanto para os profissionais que já estão inseridos no ambiente escolar, como para o profissional de Serviço Social que ora se coloca frente as suas demandas – sem negar sua presença no passado e a caminhada já construída – mas de forma mais efetiva no momento atual.

O Serviço Social tem sido convocado a atuar em diferentes frentes de trabalho nas últimas décadas. Porém o Serviço Social Escolar tem ganhado atenção especial, seja nas discussões da política de educação, como na ação profissional dentro do ambiente escolar.

Buscamos mostrar neste artigo as diferentes faces do trabalho do assistente social, que perpassa as dimensões política, social, cultural e por que não dizer, pedagógica, inscrita nos processos contraditórios da sociedade contemporânea e que vemos ultrapassar os muros que cercam os colégios, mediante uma ação multidisciplinar em que o profissional assume um caráter propositivo e não apenas executivo.

Assim, o Serviço Social Escolar ao se inserir nesse universo torna-se um agente facilitador da defesa e garantia de direitos, da construção de uma ação profissional mais participativa capaz de envolver diferentes atores de forma mais qualificada no ambiente escolar, tanto diante do conjunto de profissionais existentes na escola, como nas questões que envolvem decisões que se referem à Gestão Escolar na organização e reorganização da cultura, do trabalho para e na mediação existente entre família/escola/comunidade/rede socioassistenciais.

Referências Bibliográficas:

ABREU, Marina Maciel. A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. In: Serviço Social e Sociedade nº 79 ano XXV. Ed. Cortez, 2004

ALMEIDA, N. L. T. O Serviço Social na Educação. In: Revista Inscrita. CFESS, 2000.

AMARO, Sarita. Serviço Social na Educação: bases para o trabalho profissional. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001

BRASIL. Lei 5692/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. CRESS, Porto Alegre, 2000

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. Protagonismo Juvenil: Adolescência, Educação e Participação Democrática. Salvador. Fundação Odebrecht, 2000.

CFESS. Serviço Social na Educação. Grupo de estudos sobre o Serviço Social na Educação. Brasília: DF, 2000

COUTO, Berenice Rojas. O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível? – São Paulo: Ed. Cortez, 2004

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Diário Oficial da União.

GONÇALVES, Cláudia Maria da Costa. Políticas dos Direitos Fundamentais Sociais Na Constituição Federal de 1988: Releitura de uma constituição. Natal: dirigente Tese (Doutorado) Universidade Federal do Maranhão, 2005

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. In: Educar para o sucesso e educar para transformar. Rio de Janeiro, 2000.

MARTINS, E. B. C. O Serviço Social na área da Educação. In: Revista Serviço Social & Realidade.V 8 N.º 1.UNESP, Franca: São Paulo, 1999.

PINTO, R. M. F. Política Educacional e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1986.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. A assistência social na perspectiva dos direitos – crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Brasília: Thesaurus, 1996

SOUZA, Iris de Lima. Serviço Social na educação: saberes e competências necessárias ao fazer profissional. Natal: tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte/ Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2008

VV. Autores. Política Social, Família e Juventude. São Paulo: Cortez, 2004.

Anexo 1

Plano de atendimento ao aluno bolsista e seu desdobramento

Inserir o Plano de Atendimento ao Aluno Bolsista na Rede de Educação Marista foi um desafio e para que isso acontecesse de forma adequada, conforme determina a legislação, a Diretoria optou por criar um Grupo de Trabalho com técnicos da área jurídica, financeira, contábil, pastoral, educacional e social. A sua elaboração ocorreu no período de agosto a dezembro do ano de 2010, cabendo posteriormente ao Serviço Social a sua implantação nos Colégios da Rede. O lançamento oficial do Plano de Atendimento ao Aluno Bolsista ocorreu em março de 2011, na reunião dos Diretores dos Colégios e, posteriormente, na dos Coordenadores Pedagógicos e Orientadores Educacionais. Sendo assim, é um processo que está em construção no que diz respeito a sua aplicabilidade.

Objetivo Geral

Oferecer condições necessárias ao estudante bolsista da educação básica, para que se sinta integrado no ambiente escolar de forma a desenvolver as habilidades e competências necessárias visando ao seu desenvolvimento integral.

Objetivos Específicos

- Oportunizar a integração do estudante bolsista na Escola Marista;
- Proporcionar aos estudantes bolsistas a realização de atividades complementares;
- Atuar de forma articulada com a rede de serviços socioassistenciais e demais conselhos de garantia e defesa de direitos;
- Oferecer aos estudantes bolsistas, mediante comprovada necessidade, as condições materiais necessárias.

Programas Previstos

Os objetivos previstos no Plano de Atendimento ao Aluno Bolsista serão alcançados, no estágio inicial de implantação, através do desenvolvimento, nos próximos três anos, dos seguintes programas:

Programa Bolsa de Estudo – Compreende a inserção de estudantes bolsistas com gratuidade parcial ou total.

Programa Apoio Sociopedagógico

Este irá compreender ações interdisciplinares desenvolvidas pelos serviços:

Serviço Social - acolhimento, entrevista e acompanhamento de estudantes bolsistas. Irá realizar encaminhamentos aos serviços especializados da rede de atendimento.

Serviço de Orientação Educacional – Orientação e assessoria ao estudante, sua família e comunidade escolar, em suas necessidades, proporcionando maior conhecimento de suas potencialidades e integração no ambiente em que está inserido.

Programa de Orientação Vocacional e Profissional – Possibilita a definição e avaliação da escolha profissional do estudante, como fruto de um processo de desenvolvimento pessoal e de construção de seu projeto de vida.

Ações Assistenciais

Ação Sistemática – atende às necessidades básicas dos estudantes bolsistas elencadas na legislação vigente, entre as quais destacamos: uniforme, transporte, material didático e alimentação, mediante avaliação do Serviço Social local e, na falta deste, pelo Serviço Social da Rede Marista de Colégios e Unidades Sociais, com o acesso a serviços e programas de Política de Assistência Social.

Ação Emergencial - atende estudantes bolsistas que estejam com dificuldades econômicas emergenciais. O pedido do benefício será submetido à análise do Serviço Social local e, na falta deste, à mantenedora.

Ações Socioassistências de Apoio

Capacitação para professores e funcionários das unidades educacionais

– Formação quanto à nova legislação vigente, para que todos possam compreender que o trabalho pedagógico e educativo precisa estar de acordo com as características e necessidades dos alunos bolsistas.

Ciclo de Palestras - Promoção de palestras para estudantes e familiares, sobre temas pertinentes à formação integral e protetiva.

Atividades Socioculturais – realização de atividades socioculturais, em que os estudantes possam desenvolver seu poder criativo, tendo a música, o teatro, as artes plásticas, entre outras manifestações, como forma de potencializar suas aptidões.

Atividades Diferenciadas - participação de estudantes de ensino fundamental e médio em feiras, salões de iniciação científica e eventos culturais, contribuindo para sua formação plena através da divulgação de seus trabalhos e do intercâmbio de experiências educativas.

Monitoria de Estudos Extras – oportunidade para os alunos bolsistas que necessitem de reforço escolar e estudos de recuperação para suprir as dificuldades surgidas no transcorrer do processo de ensino e de aprendizagem.

Seguro Educacional – Assistência e atendimento de urgência nas situações de acidente dentro do ambiente escolar.



REDE MARISTA
DE SOLIDARIEDADE

socialmarista.org.br